

Registre-se que outros benefícios acrescentam estruturas para a melhoria das habitações, como foi o caso do programa de compensação ambiental do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, em decorrência dos impactos socioambientais gerados pela implantação da UHE Mauá. Desse modo, a maioria das casas apresenta, na parte externa, um aquecedor movido a energia solar. Mesmo as famílias não contempladas com casa de alvenaria receberam aquecedores.



FOTO 46: Casas da TI São Jerônimo, resultado do benefício moradia Governo Federal.



FOTO 47: Casa Xetá construída com tábuas de vinheiro e coberta com folhas de zinco, servida com aquecedor movido a energia solar.

Caça

A caça na TI São Jerônimo raramente é praticada. Claudemir Xetá informou que ainda é possível encontrar, nos 250 alqueires da TI recobertos por floresta, espécimes de

paca (*Cuniculus paca*), tatu (*Dasypus novemcinctus*), quati (*Nasua nasua*) e capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*), mas são populações pequenas. Ocasionalmente, no mês de janeiro, os homens podem se organizar em pequeno grupo para obter carne de caça. Todos os filhos de Tikuein sabem preparar as antigas armadilhas Xetá para capturar animais (mundéus), bem como confeccionar os arcos e flechas que seus antepassados produziam.

Atividades Remuneradas: Plantio de Eucalipto e Colheita de Café

O plantio de eucalipto é realizado no interior da TI São Jerônimo, pelos Kaingang, Guarani e por algumas famílias Xetá. A atividade é estimulada pela EMATER local, que fornece mudas para reflorestamento, seguindo um ideário de restauração de funções mínimas do ecossistema, com a substituição de paisagens degradadas por florestas dominadas pela citada espécie exótica (*Eucalyptus sp.*).

Não poderíamos afirmar se esta prática é estimulada em detrimento de alternativas mais interessantes e possíveis no campo da Ecologia da Restauração, como a reabilitação ou restauração parcial, priorizando o plantio de espécies nativas, ou se a ação é limitada por questões de diversas ordens (baixo orçamento, corpo técnico reduzido, etc.).

Por outro lado, a dificuldade intrínseca aos projetos de restauração ecológica com espécies nativas é que, se não passarem por um delineamento experimental consistente, estarão fadados ao fracasso (PRIMACK e RODRIGUES, 2001). Isto porque as listas de espécies são obtidas, geralmente, em levantamentos realizados em florestas maduras e bem conservadas, isto é, em estágio avançado de sucessão ecológica. Tais espécies, conhecidas como tardias ou “de sombra”, não conseguem se desenvolver plenamente com a insolação direta e/ou necessitam de um solo florestal mais fértil. Plantadas diretamente no solo exposto, ficam sujeitas a pragas, stress hídrico, competição com espécies pioneiras, pastejo e pisoteio de animais (IDEM).

Além disto, o eucalipto também é cultivado por existir demanda no mercado local: o metro cúbico (m³) desta madeira é vendido por R\$ 45,00, quando os próprios indígenas transportam o material até os estabelecimentos comerciais, ou por R\$ 25,00, quando ocorre o fluxo inverso.

Existe discordância entre as famílias Xetá que praticam ou desaprovam esta atividade de complementação de renda.

A colheita de café, por sua vez, ocorre em fazendas da região de maio a agosto, constituindo importante fonte de complementação de renda para algumas famílias Xetá. Um ponto positivo observado foi a melhoria das relações trabalhistas desde a coleta de dados por Silva (2003). Atualmente, os trabalhadores temporários, como é o caso de José Aparecido, recebem um salário mínimo acrescido das horas extras, o que totaliza, em média, um ganho anual de seis salários mínimos por família envolvida nesta atividade. José Aparecido relatou sua experiência de dez anos com o plantio e colheita de café para fazendeiros de fora, que sempre vão procurá-lo quando necessitam de mão-de-obra.

Observou, entretanto, que tais cultivos em escala comercial não geram café de boa qualidade, em virtude do uso contínuo de “veneno” (defensivos agrícolas) e de ser um produto misturado. Sua produção, em própria roça, rendeu 1,5 lata de café (o equivalente a 30 Kg), quantidade suficiente para suprir a demanda familiar, com um produto de qualidade superior ao oferecido pelo mercado regional.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Clima	---	Muita	Muita	Chuva e	Muito	Frio	Mais frio	Muito	Sol e	Calor, não	Chuva	Muita chuva
Agricultura (subsistência)												
Arroz	Plantio			Colheita							Plantio	Plantio
Batata doce			Plantio		Plantio				Colheita			
Mandioca		Colheita	Plantio		Plantio				Colheita			
Milho (3)			Colheita	Colheita	Plantio				Plantio			
Abóbora			Colheita		Plantio				Plantio			
Feijão (2)					Plantio				Plantio			Colheita
Pesca	Lambaris,	x	x					Proibida			x	x
Caça		x									Proibida	Proibida
Coleta												
Pinhão				x	x		x					
Guabiroba										x	x	x
Jaboticaba										x		
Jacaratiá		x	x	x								
Araticum			x	x								
Jerivá		x	x	x								
Macaúba	x								x	x	x	x
Atividades Remuneradas												
Plantio de ..	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Colheita de café					x	x	x	x				

TABELA 07: Calendário ecológico-econômico das famílias Xetá TI São Jerônimo. Os números entre parênteses indicam a variedade de cultivos.

A TI Rio Areia está localizada no município paranaense Inácio Martins, próximo a Guarapuava. Possui área de 1.352 hectares e é tradicionalmente ocupada pelo povo Mbya-Guarani. Atualmente, é habitada por 132 indígenas pertencentes a este grupo e abriga parte do tronco familiar do grupo local 01, formado pela família de Maria Rosa ã Xetá. No total, 3 (três) famílias indígenas Xetá vivem nesta TI – o núcleo familiar original, somado às famílias de dois dos três filhos de Maria Rosa ã.

Maria Rosa ã é casada com Carlos Ramirez Braz, tem três filhos gerados em casamentos anteriores e onze netos. Chegou a casar-se com Kuein Xetá, mas não tiveram filhos. Dois filhos de Maria Rosa, suas respectivas esposas Guarani e sete descendentes Xetá encontram-se, atualmente, no interior desta terra indígena, somando 13 (treze) pessoas, ou 9% da população indígena local, que juntas ocupam uma área equivalente a 7 (sete) hectares (0,5% da extensão total da terra indígena).

A economia deste grupo Xetá está baseada no cultivo de erva mate, mandioca, feijão (tipos branco e preto), batata doce, arroz, verduras (couve, cebola, repolho) e pomares (pêssego, ameixa, jabuticaba, guabiroba), além das práticas de caça, pesca e criação de galinhas.

Os únicos cultivos orientados para a comercialização são os de erva mate e mandioca. A erva mate é cultivada em escala comunitária, pelos Guarani e Xetá, sendo controlada pelo cacique. A produção é vendida para uma cooperativa localizada em Inácio Martins, a 45 Km de distância da TI Rio Areia. Segundo Carlos, uma arroba de erva mate (equivalente a 15 quilogramas) é vendida por R\$ 9,00, sendo que a produção total da TI Rio de Areia é de 3.000 Kg a cada três dias, isto é, 1.000 Kg/dia, portanto, R\$ 600/dia. Isso equivaleria a R\$ 30,00/dia/família, caso o valor fosse repartido igualmente entre as famílias.

Não há evidências de que o lucro obtido com a venda da erva-mate seja repartido igualmente entre todas as famílias dessa terra indígena. Ao contrário, há indícios de que atividades voltadas para a segurança alimentar, como, por exemplo, a meliponicultura, somente beneficiam os Xetá quando geram excedente. O mel da abelha do tipo Europa (*Apis mellifera*), colhido três vezes por ano (abril, setembro e junho), só é dividido com os Xetá se estiver sobrando.

O cultivo de mandioca, por outro lado, é praticamente exclusivo dos Xetá, que por meio de sua modesta produção, conseguem vender ou trocar este produto por outros de seu interesse ou necessidade, entre as famílias da terra indígena.

Já o feijão, o arroz, as verduras, a batata doce e os pomares de frutas são cultivados em escala de subsistência, e segundo Maria Rosa ã e Carlos, uma boa colheita de arroz rende 15 sacos, ou seja, 900 Kg, feijão, 900 Kg, e milho, 2.000 Kg, sendo suficientes para o consumo familiar.

Diferentemente dos Xetá da TI São Jerônimo, as famílias abrigadas pelos Guarani da TI Rio Areia praticam a caça com maior frequência. Tal atividade é realizada por homens adultos, no caso, Carlos e seus dois filhos, Sebastião e Aricã, sendo possível o abate de mamíferos de médio e pequeno porte, como veados, pacas, cotias, porcos do mato (*Tayassu pecari*) e catetos (*Tayassu tajacu*). Os meses de abril e maio foram apontados como os melhores para a atividade, a qual, no inverno, é proibida pelo cacique Guarani – medida adotada para proteger a mastofauna durante o período reprodutivo, garantindo a reposição natural das populações. Maria Rosa ã, Carlos, seus filhos e netos têm grande apreço pela carne de caça assada.

A pesca em açudes ou riachos também é praticada pelo grupo, sendo capturadas praticamente as mesmas espécies disponíveis na TI São Jerônimo, ou seja, lambaris (*Astyanax sp.*), traíras (*Hoplias sp.*), cascudos (*Loricariidae*), bagres (*Bagre spp.*) e carpas (*Cyprinus carpio L.*).

As atividades de coleta restringem-se ao pinhão, durante os meses de abril, maio e junho, e a sementes de rosário, colhidas por Maria Rosa ã para confeccionar colares. A prática do artesanato já foi meio de subsistência para esta família, na época em que habitava a TI Mangueirinha, aproximadamente em 1995 (SILVA, 1998, p. 72).

Considerando que as práticas produtivas da família de Maria Rosa ã e seus descendentes dependem também da cessão de terra, a partir de decisões tomadas pelo cacique da TI Rio de Areia, muitas vezes não há alimento suficiente para a subsistência do grupo. Essa situação é atenuada pelo fato de Maria Rosa e Carlos receberem proventos, a partir de aposentadoria rural pelo INSS. Com essa renda, eles complementam a dieta familiar e adquirem ferramentas e utensílios domésticos, além de cuidar de seus filhos e netos, providenciando roupas, materiais escolares etc. Note-se, entretanto, que a vida deste grupo não está, de forma alguma, centrada nos benefícios recebidos pelo casal aposentado, mas num cotidiano essencialmente vinculado aos recursos naturais oriundos da terra, da mata e do rio, na TI Rio de Areia.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Clima	---	Muita chuva	Dias quentes, noites frias, vento	Frio, vento	Frio	Mais frio	Muito frio	Sol, chuva, vento	Calor, não chove, vento	Mais calor, não chove	Mais calor, não chove	Muita chuva
Agricultura (subsistência)												
Erva mate	Colheita	Colheita	Repouso	Colheita	Colheita	Colheita	Plantio	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita	Colheita
Arroz	Colheita											
Batata doce		Colheita					Plantio	Plantio	Plantio			
Mandioca		Colheita					Plantio	Plantio	Plantio			
Milho				Colheita				Plantio	Plantio			
Feijão		Colheita						Plantio	Plantio			
Pesca	x	x	x	x	x	x	x	Proibida	x	x	x	x
Caça	x	x	x	x	x	Proibida	x	x	x	x	x	
Coleta				x	x	x						
Pinhão												

TABELA 08. Calendário ecológico-econômico das famílias Xetá TI Rio da Areia.

e) Relação Sócio-Econômico-Culturais com outros grupos indígenas e com a sociedade envolvente.

Como os Xetá vivem em áreas ocupadas por outros grupos indígenas ou em núcleos urbanos, a relação destes com os povos indígenas que os abrigam, embora amistosa, é de total dependência e subordinação no que diz respeito a concessão de espaços para assentarem suas moradias, para plantarem roças, criarem animais domésticos, receberem assistência de saúde, educação escolar etc. Nestes contextos, o exercício pleno do ser Xetá está condicionado, em certa medida, às lideranças indígenas das terras que ocupam, com adaptações também à sociedade em geral, nas cidades onde vivem.

A sujeição dos Xetá às regras assistenciais do “outro”, sejam os Kaingang, os Guarani, ou os não índios, no que diz respeito a educação escolar tem sido hoje um dos pontos mais discrepantes apontados pelos remanescentes, tanto da velha quanto da jovem geração. Ambos observam que os conteúdos tratados em sala de aula não os considera e tampouco dizem respeito a suas especificidades culturais e étnicas, de modo que seus filhos aprendem na escola a história e língua Kaingang, Guarani e português, sem, contudo ouvirem qualquer menção ao seu povo, “*é como se a gente não existisse!*” observa Tikuein (SILVA, 1998). Tal invisibilidade e desconforto é manifestado por todos, apesar de se sentirem gratos a seus anfitriões por lhes possibilitarem acesso a um pedaço de chão.

O direito de mudar-se de um local para outro no interior dos locais onde vivem diante da morte de um membro ou por qualquer outro motivo (proximidade da roça, do local de pesca, etc.) está condicionada à permissão dos donos do lugar. Em alguns casos, se querem plantar uma extensão maior de terra lhes é cobrada uma quantia pré-estabelecida – uma espécie de aluguel. Muitas vezes, por não possuírem recursos financeiros para tal, são levados a vender sua força de trabalho na cidade ou nas propriedades rurais vizinhas, como já mencionado.

Mesmo os Xetá que têm seus salários e não vivem exclusivamente da agricultura, quando moram em áreas indígenas estão submetidos às regras de ocupação de espaços para moradia e práticas de subsistência locais. Aqueles que moram nos núcleos urbanos sofrem todos os tipos de dificuldades dos demais, acrescidas das despesas com aluguel, transporte, taxas de água, luz e aquisição de bens de consumo, falta de atenção a saúde e educação.

Vale salientar que, embora tenham adquirido novas necessidades e hábitos que não faziam parte da base de sua cultura ancestral, após o contato, não deixaram de se reconhecer ou de se identificar como Xetá, portanto, diferentes dos Kaingang, dos Guarani e dos não índios.

Ao longo desses quarenta anos de resistência, a comunidade de sobreviventes Xetá tem conseguido superar a invisibilidade étnica (mesmo submetido a regras e espaços de outros que não o seu povo). Assim sendo, o retorno ao seu território tradicional pode significar a retomada dos seus destinos, da autonomia de sua cultura, do exercício pleno de sua cidadania e fundamentalmente a revitalização de suas práticas culturais, o estabelecimento de novas relações sociais e econômicas junto às populações não índias locais, pautadas nos princípios e lógicas da cultura dos remanescentes que trazem impregnadas em suas histórias coletivas e trajetórias de vida, a experiência do convívio com outras etnias indígenas (os *mbýa*) e com o mundo dos brancos, nas estratégias adotadas para não desaparecerem enquanto etnia.

Os Xetá creem que, ao retornarem ao seu território de origem, poderão inclusive confeccionar seus artefatos tradicionais para consumo e venda, repassando a seus descendentes as técnicas tradicionais de confecção dos mesmos, somadas às explicações nativas sobre sua origem e destinação ao grupo, posto que na TI Herarekã Xetá, ainda hoje é possível encontrar matéria prima empregada na elaboração destes objetos, como, por exemplo, colares, cestos, peneiras e esteiras.

Quarta Parte – Meio Ambiente¹

a) Caracterização geológica e ambiental da TI Herarekã Xetá

A TI Herarekã Xetá está totalmente inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí (do Tupi “rio das Flechas”), que apresenta uma área total de 36.540 Km² (= 3.654.000 hectares), cerca de 19% da área do estado, dividindo-se em duas Unidades Hidrográficas de Gestão de Recursos Hídricos, ou seja, Alto Ivaí e Baixo Ivaí (SEMA-PR, 2013).



FIGURA 12. Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí, em destaque. Fonte: SEMA-PR, 2013.

Limitada por cursos d'água a Leste (córrego Duzentos e Quinze), Oeste (ribeirão Tiradentes) e Norte (foz do ribeirão Tiradentes no córrego Duzentos e Quinze), a TI Herarekã Xetá possui nascentes de pequenos ribeirões em seu interior, sendo que os corpos hídricos que deságuam no córrego 215 estão menos protegidos por terem seus cursos situados nas áreas parcial ou integralmente degradadas. Entretanto, todos estão protegidos por matas ciliares, ainda que de forma menos eficiente em relação à parcela oeste da TI (cf. Figura 34).

¹ A Quarta Parte do relatório circunstanciado tem como base o relatório ambiental do biólogo Ricardo Andrazze (Anexo 39) e o Diagnóstico Socioambiental da TI Herarekã Xetá (Anexo 40).



FIGURA 13. TI Herarekã Xetá, hachurada em verde, com visualização do córrego 215 (limite Leste) em curso até o Rio Ivai. Fonte: Google Earth, 2013.

O Paraná apresenta as formações geológicas Basalto, Sedimentar e Caiuá. Esta última originou solos de baixa fertilidade, baixa acidez e de textura arenosa (Arenito Caiuá) na camada arável, localizados principalmente na região noroeste e correspondendo a 15% das terras do Estado (FIDALSKI, 1997).

Esse estado é geologicamente dividido em três grandes compartimentos: Regiões naturais do Litoral, Serra do Mar e Primeiro Planalto; Segundo Planalto; e Terceiro Planalto (SÁ, 2004), como indicados abaixo, respectivamente, pelos algarismos romanos III, II e I.

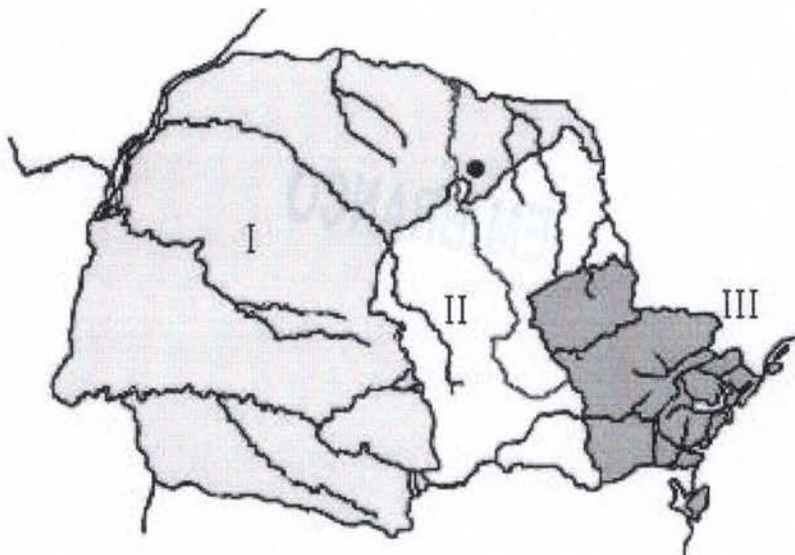


FIGURA 14. Primeiro (III), Segundo (II) e Terceiro (I) Planaltos paranaenses. Fonte: Sá (2004).

A TI Herarekã Xetá situa-se no Terceiro Planalto (I), a oeste, sobre a formação arenito Caiuá. Neste compartimento geológico, em altitudes inferiores a 800 metros, observa-se a presença da Floresta Estacional Semidecidual (SÁ, 2004). A análise de imagens de satélite (GOOGLE EARTH, 2013) demonstra que a terra indígena é entremeada por morros desgastados, apresentando altitudes entre 250 e 390 metros e solos predominantemente do tipo argissolo vermelho distrófico típico, além de três reduzidas manchas de latossolo vermelho distrófico típico (cf. Tabela 8 e Figura 35).

Não obstante a cobertura vegetal presente na TI Herarekã Xetá, a área delimitada apresenta solos semelhante às áreas ocupadas pelos Xetás nas terras indígenas Kaingang e Guaraní, com característica arenosa, em grande medida, devido à exploração contínua da terra.

TABELA 08. Tipos de Argissolos Vermelhos² e implicações para o uso e manejo. Fonte: Santos (*et al.*).

Argissolos Vermelhos	Características
Alíticos	Solos de baixa fertilidade; Teores muito elevados de alumínio no solo afetando significativamente o desenvolvimento de raízes; atividade de argila igual ou maior do que 20 cmolc/kg de argila.
Alumínicos	Teores muito elevados de alumínio no solo afetando significativamente o desenvolvimento de raízes; atividade de argila menor do que 20 cmolc/kg de argila.
Ta Distróficos	Solos com argila de alta atividade e de baixa fertilidade.
Distróficos	Solos de baixa fertilidade.
Eutróféricos	Solos de alta fertilidade e com altos teores de Fe nos horizontes superficiais.
Eutróficos	Solos de alta fertilidade.

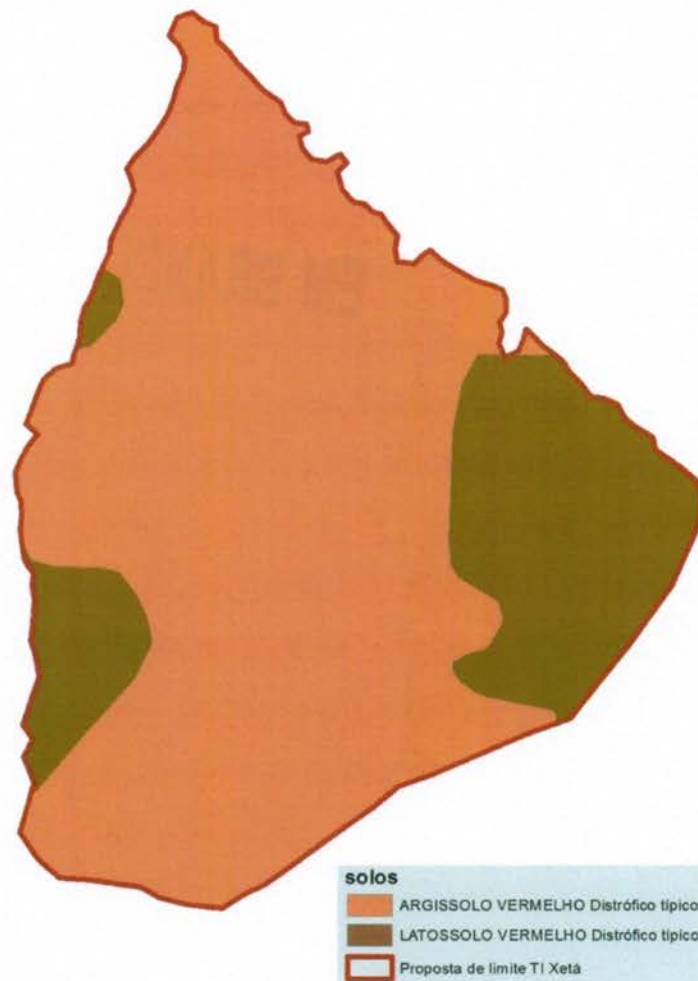


FIGURA 15. Tipos de solo existentes na Xetá. ITE nº. 89/DPT/2013.

² Elencados no terceiro nível categórico do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Fonte: SiBCS, Embrapa.

A paisagem é coberta pelo citado tipo de vegetação, além de áreas de plantio de cana-de-açúcar, áreas degradadas/nuas e estradas vicinais (cf. **Figura 37**).



FIGURA 16. Mapa de uso do solo da TI Herarekã Xetá, baseado em imagem de satélite atual.
Fonte: Google Earth, 2013.

Reforça-se, aqui, o valor intrínseco do remanescente florestal que recobre a maior parcela da TI e sua importância para a manutenção de condições ambientais propícias ao reagrupamento e à reprodução física e cultural dos Xetá, tendo em vista que o processo de sucessão ecológica está condicionado a uma escala temporal de longo

prazo. Processo agravado, evidentemente, pelas apontadas condições de baixa fertilidade natural típicas do argissolo vermelho distrófico, que se caracteriza ainda por teores elevados de alumínio, acidez e alta suscetibilidade a processos erosivos.



FOTO 48: Área de mata e canavial, com indicação do limite norte da TI Xetá.

Antes da chegada das frentes de colonização agrícola na região, o território Xetá era recoberto pela Floresta Estacional Semidecidual (cf. Figura 37). As áreas florestais utilizadas pelos Xetá antes do esbulho territorial eram, portanto, dominadas por esta fitofisionomia, que por sinal ainda recobre a maior parte da TI, a despeito das pressões socioambientais do entorno.

Distribuída ao longo da fronteira do Paraná com o Mato Grosso do Sul e São Paulo, acompanhando em grande parte o sistema hidrográfico do rio Paraná, a Floresta Estacional Semidecidual é característica do Norte, Noroeste e Oeste do estado. Na sua composição florística, destacando-se os gêneros tabebuia ou ipê, peroba (*Paratecoma peroba*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), jequitibá (*Cariniana*), angico (*Parapiptadenia*), castanheira ou sapucaia (*Lecythis*), aroeira (*Astronium*), canela ou canafístula (*Peltophorum*), copaíba (*Copaifera*) (Lorenzi, 1992). Sublinhe-se que a peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron* Müll. Arg.), utilizada pelos Xetá com fins medicinais, é uma espécie característica nesta formação (SÁ, 2004).



FOTO 49: Peroba avistada na mata na região norte da TI Herarekã Xetá.



FOTO 50: Tikuein (José Luciano) mostra a Tiqüein com retirar resina de jatobá.

Esse tipo de vegetação está condicionado a duas estações climáticas, uma tropical com época de intensas chuvas de verão, com temperaturas médias em torno de 22°C, seguida por estiagem acentuada, e outra subtropical sem período seco, mas com seca fisiológica provocada pelo intenso frio do inverno com temperaturas médias em torno de 15°C. As características climáticas ora descritas determinam uma estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes, os quais se adaptaram para suportar o déficit hídrico nos meses mais quentes e menos chuvosos, e ainda as baixas temperaturas nos meses mais frios (ANDREAZZE, 2004 apud SILVA, 2005).

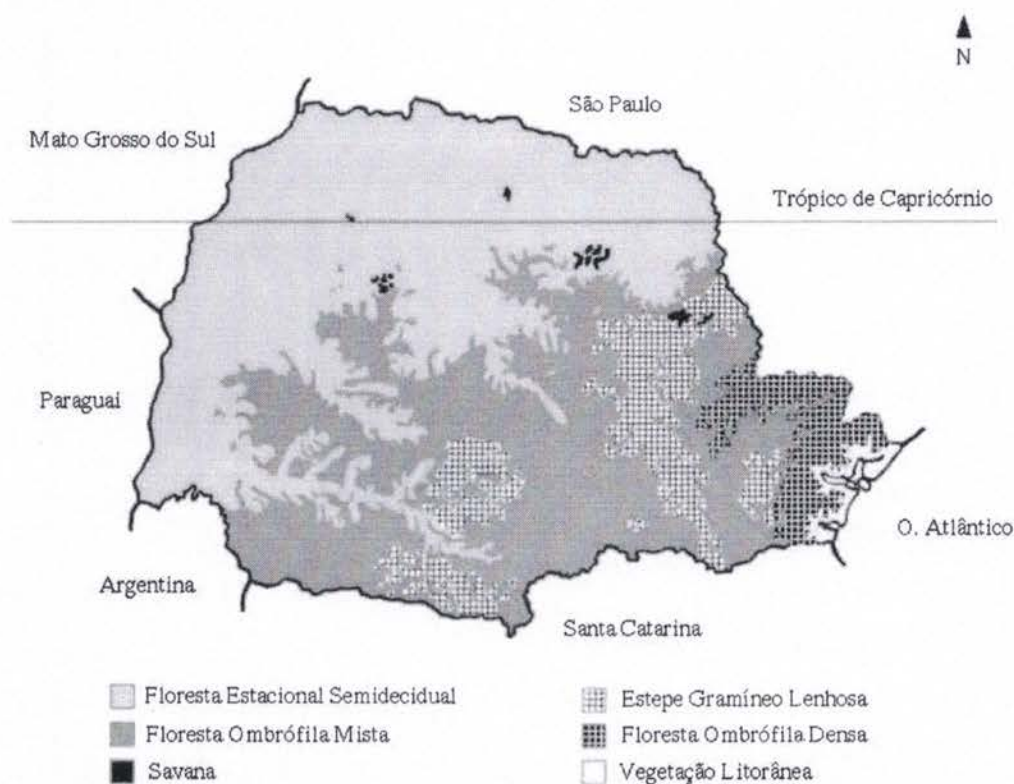


FIGURA 17. Distribuição das principais unidades fitogeográficas do estado do Paraná. Em tom de cinza claro, visualizamos a distribuição da floresta estacional semidecidual. Fonte: Sá (2004).

Todas as espécies florísticas indicadas nesta Quarta Parte do relatório circunstanciado foram identificadas por Loureiro Fernandes (FERNANDES, 1960) e Ney Braga (BRAGA, 1962), durante as expedições à Serra dos Dourados, no contexto dos primeiros contatos com os povo Xetá, bem como pelos próprios Xetá mais velhos, apoiada nos dados de memória oral Xetá e no reconhecimento que estes últimos fizeram do meio ambiente, efetuou um pequeno levantamento da fauna e flora local, registrando

seus nomes na língua indígena, o uso e o conjunto de narrativas míticas que explicam a origem das espécies no contexto cultural Xetá.

As espécies nativas como o jerivá (*awa`rua*), a macaúba (*tan`gradji`a*), o jatobá (*uaj uay`ej*), a jaracatiá (*wadjua*), araticum verde (*ynkõ adjo*), araticum amarela (*yko*), jabuticaba silvestre (*ngo`prajty`a*), a banana de mico (*uawidja*), pitanga (*tigwaw*), guabiroba vermelha (*uãkwã*), guabiroba amarela (*idjodey*), erva mate (*Kwway*), o pau d'óleo (*a`mã`kantxi*), entre outros, são nominadas na língua Xetá.

O pau d'óleo (*a`mã`kantxi*), por exemplo, é uma espécie arbórea que faz parte do universo simbólico do grupo. Esta, segundo os Xetá, tem o poder de afastar os espíritos ruins, *Moýw*³ “alma, espírito mau” que vive nas matas e que podem abater os vivos. O jatobá é outra espécie à qual os Xetá atribuem uma grande importância e significação cultural, em função da resina *uratxu* que produz, e que estes utilizam para confeccionar o pino labial (*tembetá*), símbolo da virilidade masculina. Suas sementes em algumas ocasiões, eram empregadas pelo grupo como alimento. Ainda hoje é possível encontrar árvores remanescentes de Jatobá em alguns pontos da TI Herarekã Xetá.

Espécies como o jatobá, do qual confeccionavam o pino labial masculino, a macaúba, o jerivá, o angico, a aroeira, o pau d'óleo, a erva mate, frutos silvestres como a jabuticaba, banana de mico, entre outros, são de extrema importância para o grupo do ponto de vista cultural, para os rituais (ainda hoje lembrados e respeitados pelos Xetá) e para a subsistência (Silva, 2003).

Durante os trabalhos de campo, Tikuein (José Luciano) manifestou grande habilidade técnica para confeccionar o tembetá de resina de jatobá, o machado de pedra e o arco e flecha. Ele também demonstrou domínio sobre a região ao identificar os pontos na TI onde é possível coletar matéria prima para a fabricação destes artefatos, acalentando assim o desejo de poder fazê-los em sua terra para ensinar os jovens e crianças.

Registre-se ainda que na mata situada na confluência dos córregos 215 e Tiradentes situava-se antiga aldeia grande, “óka awatxu”, do pai da mãe de Tuca. Foi Mã, pai de Tikuein (José Luciano), também chamado *Haikumbay* (caçador de anta), quem fez a iniciação de Tuca e Kuein. A aldeia onde o ritual aconteceu localizava-se nessa aldeia grande, onde havia os *Apoeng Awatxu* e/ou *Tapuy Adjo* (casa grande).

³ Ou Mou, Moëw, Moeu, como é freqüentemente referenciado nas fontes documentais e bibliográficas.

A vegetação original da TI Herarekã Xetá sofreu uma drástica redução (extinção) nos últimos 50 anos, em função da exploração madeireira e de lavouras de café e cana-de-açúcar, implantadas desde a década de 1960. Atualmente, a mata ainda apresenta característica primária, contudo, apresenta sinais da ação antrópica direta. Nesse sentido, a preservação das espécies contribuirá não apenas para a dieta alimentar do grupo, mas para preservação de conhecimentos tradicionais do universo cotidiano, simbólico, ritual e cosmológico do povo Xetá.



FOTO 51: Fotografia aérea da mata na parte norte da TI Xetá



FOTO 52: Vista aérea TI Herarekã Xetá e a rodovia PR 182.

Não obstante as mudanças na característica primária da mata que cobre a TI Herarekã Xetá, ela ainda detém os recursos naturais necessários para o bem estar do grupo. Registre-se que os Xetá mais velhos que ainda hoje dominam os conhecimentos e técnicas de confecção dos artefatos de cultura material do grupo reforçam a necessidade de que estas espécies sejam protegidas e que o reflorestamento desta e das espécies frutíferas será a meta dos mesmos, pois só assim poderão fazer as bebidas rituais de jabuticaba, guabiroba, pitanga, jerivá, entre outras.



FOTO 53: Tikuein (José Luciano) extraindo resina de um pé de Jatobá em um ponto da TI Herarekã Xetá, próximo à margem da estrada PR 182.

Os impactos ambientais mais graves que incidem diretamente sobre o território Xetá estão relacionados ao cultivo de cana-de-açúcar, explorado pela sucroalcoeira Usina Santa Terezinha, que ocupa 20% ou 361 hectares da extensão da TI Herarekã Xetá, além de áreas adjacentes. Esta usina possui uma unidade de produção no Km 08 da rodovia PR-182, em Ivaté (pouco abaixo da foz do ribeirão Tiradentes no córrego Duzentos e Quinze, na direção nordeste) e sua capacidade local de processamento é de 9.600 toneladas de cana-de-açúcar por dia. Além disto, a usina despeja seus resíduos em um afluente do córrego 215, muito próximo ao limite Norte da terra indígena (cf. Figura 39).



FOTO 54: Extremo norte da TI Xetá, com Usina de álcool a jusante do encontro dos dois rios.



FOTO 55. Usina sucroalcooleira Santa Terezinha, no limite Norte da TI Herarekã Xetá.

Fonte: Google Earth, 2013.

b) Áreas imprescindíveis para a preservação de recursos necessários ao bem-estar do grupo

Aproximadamente 50% da TI Herarekã Xetá apresenta cobertura florística, a qual representa uma das últimas porções de mata nativa que resistiu ao processo de

loteamento, colonização e exploração da terra, no noroeste do Paraná. Nela ainda podem ser encontradas espécies de animais silvestres como veado, mão pelada, cachorro do mato, paca, quati, tatu, jaguatirica, coelho, guacho, tucano, entre outras espécies, cujas pegadas, vestígios e vocalizações Tuca e Tikuein identificaram.

A área é rica em cursos d'água, o que possibilitará o desenvolvimento de diversos tipos de cultivos para subsistência além da prática da pesca, principalmente no córrego 215, onde foi constatado o potencial para a realização desta atividade. Isto reforça as informações Xetá de ser este um rio piscoso.

Por estarem vivendo até o presente momento em outras terras indígenas (Kaingang e Guarani), ou em cidades do Paraná e São Paulo, os Xetá aguardam poder retornar às suas terras de origem com maior brevidade possível e almejam revitalizar sua cultura, sua língua e recompor parte do meio ambiente local, posto que isto é de extrema importância para eles (principalmente os mais velhos), no que diz respeito não apenas à subsistência do grupo, mas também à sobrevivência cultural, uma vez que é na relação direta com a natureza que as redes de relações sociais Xetá se desenvolvem e que as pessoas e os lugares recebiam e recebem nomes.

Silva (2003), ao tratar sobre o meio ambiente e os nomes pessoais, registra que o sistema de nomenclatura Xetá revela muito sobre o mundo da floresta e a sua domesticação pelos homens. De modo que o nome de uma pessoa indica o período de abundância de espécies da fauna e/ou flora, ligados diretamente ao período de gravidez da mulher. Em outras palavras, o nome de um determinado animal dado a uma pessoa indica que, no período de sua gestação, era tempo de caça daquele (s) animal (is), ou fruta, ou então de ocorrência de determinado fenômeno natural ou sobrenatural⁴.

Acrescente-se que a oeste da unidade hidrográfica do Baixo Ivaí, onde se situa a TI Herarekã Xetá, existe uma faixa de Corredores de Biodiversidade e uma pequena área de Unidades de Conservação⁵, locais que, em conjunto com remanescentes de floresta nativa bem menores, constituem os últimos refúgios da biodiversidade no noroeste do Paraná.

⁴ Sobre as diferentes formas de nomeação ver SILVA (2003; 2004).

⁵ A Área de Preservação Ambiental (APA) Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, gerida pelo ICMBio, possui extensão total de 1.0005.180,71 hectares, constituindo importante reduto de conservação da flora e fauna silvestres da floresta estacional semidecídua paranaense.

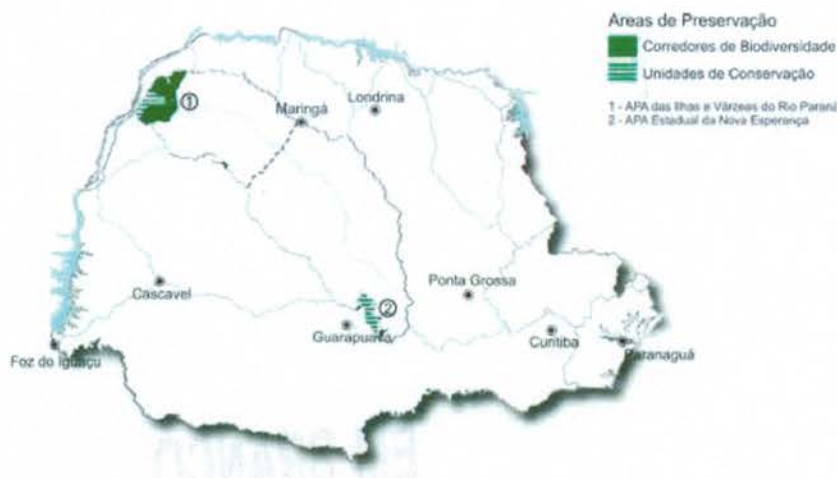


FIGURA 18. Corredores de Biodiversidade e Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Rio Ivaí. Fonte: SEMA-PR, 2013.

O Ivaí, por sua vez, constitui o último rio estadual livre de grandes empreendimentos hidrelétricos, existindo forte mobilização social contra o licenciamento de barragens na área. A partir da pressão social feita por ambientalistas do Movimento Pró Ivaí/Piquiri, diversos representantes de instituições públicas e privadas se reuniram – curiosamente no Dia do Índio, 19 de abril de 2013 – e aprovaram o “Protocolo Ivaí – Compromissos com o Futuro Sustentável”.

Dentre os pontos apresentados no documento, destacamos os de número 1, 7 e 8 (grifos nossos), por considerá-los especialmente relevantes no processo de identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá, tendo em vista que reforçam as possibilidades de sucesso de reagrupamento dos Xetá em seu território tradicional.

- Ponto 1. “Engajar forças das municipalidades da Bacia Hidrográfica do rio Ivaí, através de Grupos Locais, visando assegurar a condição plena de **“Rio Vivo”** ao rio Ivaí, sem barragens, e usinas hidroelétricas, com a preservação dos afluentes e nascentes.”
- Ponto 7. “Fortalecer os dois Comitês de Gestão da Bacia Hidrográfica do rio Ivaí, nas missões educativas e de **fiscalização no combate ao assoreamento, poluição e outras práticas indevidas.**”
- Ponto 8. “**Zelar pelas diversidades culturais nas comunidades do Corredor do Ivaí**, cadastrando manifestações, talentos e iniciativas na formação do mosaico cultural, a partir das etnias, brasilidade e em

especial, dos ribeirinhos e pescadores.”

Proc. nº 3478/99
Fls. 1124
Rúbrica Elaine

O referido protocolo reforça ou fortalece o compromisso das municipalidades existentes na bacia do Ivaí com a proteção e conservação deste rio, de seus afluentes (incluindo, portanto, o córrego Duzentos e Quinze) e matas ciliares, da biodiversidade e dos povos e grupos sociais cuja subsistência e reprodução física e cultural dependem da integridade desta paisagem e dos recursos naturais nela existentes.

EM BRANCO

Quinta Parte – Reprodução Física e Cultural

a) Descrição dos aspectos cosmológicos do grupo, áreas de uso rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos etc, explicitando a relação de tais áreas com a situação atual e como se objetiva essa relação no caso concreto.

A descrição dos aspectos cosmológicos do povo Xetá, das áreas de usos rituais, cemitérios, lugares sagrados, sítios arqueológicos, entre outras áreas imprescindíveis para a reprodução física e cultural do grupo, tem como base a memória Xetá relativa ao território e aos grupos familiares dos quais são parte. Registre-se, em função disso, que os Xetá, por motivos alheios a sua vontade (ver SILVA, 1998), não estão habitando seu território por terem sido esbulhados, sem chances concretas de retorno a ele.

O vínculo indissolúvel que os Xetá estabeleceram com seu território ficou patente durante os trabalhos do GT, quando os Xetá mais velhos identificaram cada ponto percorrido do território, assim como a relação entre o território e o habitat dos diversos grupos familiares.

O reconhecimento, a identificação e a delimitação destes espaços habitados num passado próximo foram devidamente descritos em sua totalidade, principalmente no que diz respeito ao modo de ocupação dos grupos familiares patrilocais, suas redes de sociabilidade em relação aos demais grupos e suas respectivas referências simbólicas em relação à sociedade como um todo.

Grupo Familiar	Número de famílias nucleares	Número de Pessoas por grupo	Cônjuges	Local de moradia atual
Grupo familiar de Tuca GL* 03	04	15	01 (Kaingang) 02 (não índio)	Posto Indígena Rio das Cobras/PR Curitiba
Grupo Familiar Maria Rosa A GL 03	04	08	01(Kaingang) 02 (Guarani) 01 (não índio)	Posto Indígena Guarapuava/PR Curitiba
Grupo Familiar de Tikuein (José Luciano) GL 01	08	45	01 (Guarani) 02 (não índio) 06(Kaingang)	Posto Indígena São Jerônimo/PR
Grupo Familiar Maria Rosa Tiguá GL 01	01	04		Umuarama
Grupo Familiar	01	02	01 (não índio)	São Bernardo do

Ana Maria Tiguá GL 04				Campo/SP
Grupo Familiar Tiquëin (Arigã) GL 04	01	04	01 (não índio)	Catuporanga/PR
Grupo Familiar Rondon GL 04	01	03	01(Kaingang)	Posto Indígena Xapecó/SC
Kuein GL 04	01	01		Posto Indígena Rio das Cobras/PR
Sub total	21	82	09(Kaingang) 03 (Guarani) 07 (não índio)	
Total	21	82	19	101 pessoas

*GL = Grupo Local (Ver Figura 02)

TABELA 10: Grupos familiares Xetá e descendentes.

Conforme detalhado ao longo do Relatório Circunstanciado, tem-se que os Xetá ocupavam uma área muito maior que aquela indicada pelas fontes documentais, até porque tinham na caça e na coleta a sua principal fonte de subsistência. Para o exercício de tais atividades, os deslocamentos eram frequentes, obedeciam a rotas pré-estabelecidas e observavam o calendário anual nativo. A exemplo de outros povos Tupi-Guarani, os Xetá se subdividiam em grupos, formados por uma família extensa comandada por uma figura mais velha seguido por seus filhos do sexo masculino.

Habitantes originais da margem esquerda do rio Ivaí/PR, as fronteiras entre estes subgrupos estavam em constante transformação, a princípio (antes do processo de colonização) fazendo com que as redes de aliança e os conflitos internos e interétnicos (com outros povos) definissem a constituição de grupos. Posteriormente, durante e após o contato com os brancos, grande parte destes subgrupos foram exterminados, seus territórios foram ocupados pelos colonizadores, e aqueles indivíduos que sobreviveram juntaram-se aos que ainda resistiam e fugiam da aproximação com os brancos, buscando outros pontos, mais afastados do Ivaí.

Uma parte dos que fugiram desapareceram sem deixar rastro, vitimados por doenças, envenenamentos, massacres. Outros, com os quais os descendentes Xetá têm parentesco, resistiram de diferentes modos e subdividiram-se em pequenos grupos (famílias nucleares). Registre-se que todos os descendentes, portanto, alimentam uma memória comum que os conecta às casas grandes (*apoeng adjo*), situadas na aldeia que

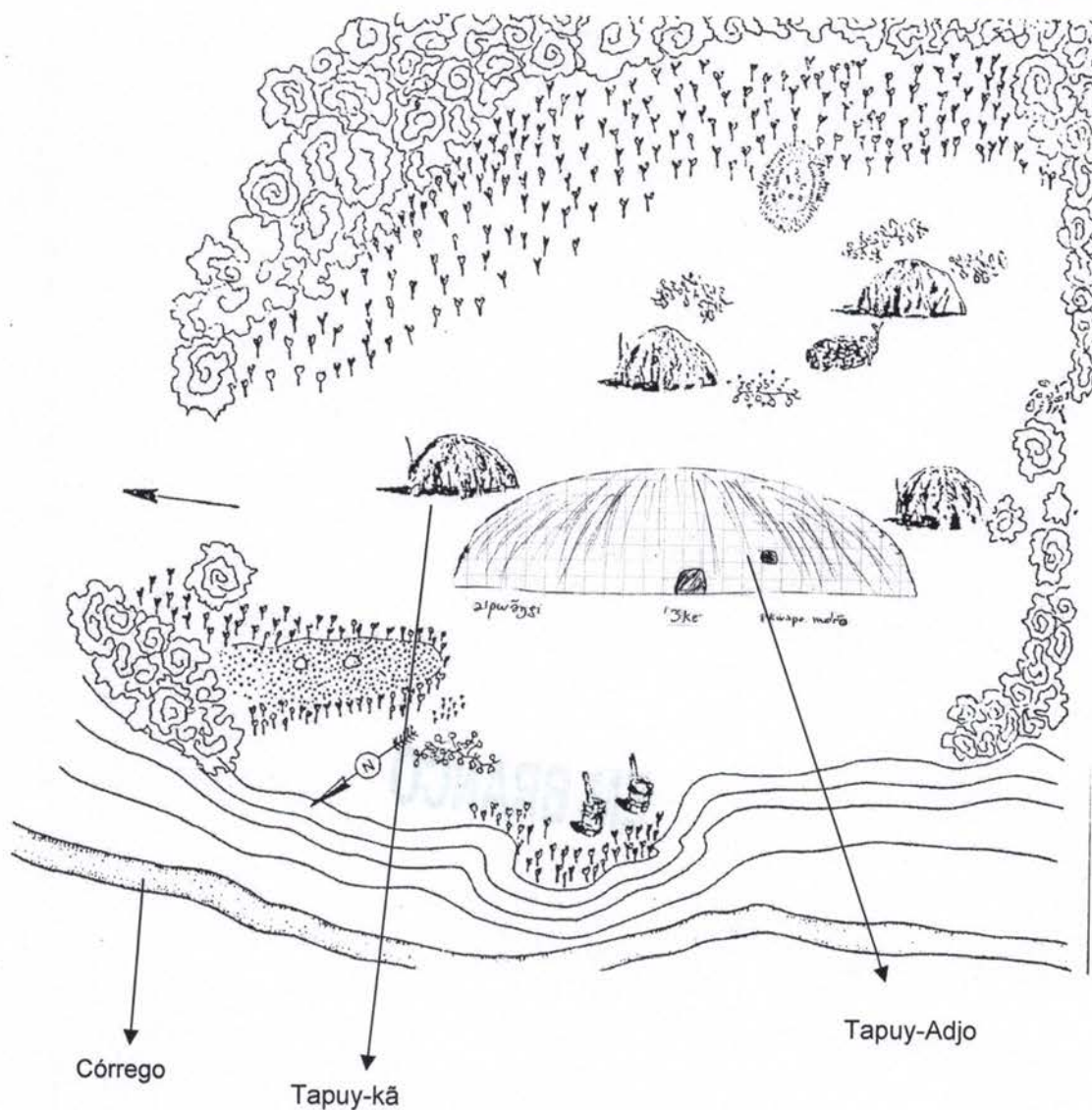
se localizava entre o Tiradentes e o córrego 215, onde Kuein e Tuca passaram pelo ritual de iniciação masculina, ocasião em que tiveram o seu lábio inferior furado.

Registre-se que Maria Rosa ã lembra de todas as cerimônias de que participou nessa aldeia e na casa grande situadas próxima à confluência dos córregos 215 e Tiradentes. Ela relata com detalhes seu papel durante o ritual de furação labial de Tuca (SILVA, 1998), e lembra também que os homens ficavam reclusos e participaram de outros rituais, como o de beberagem. Ela, acompanhada por outras meninas, assim como por mulheres adultas, participava dessas cerimônias, servindo bebida de fruta fermentada aos homens, de acordo com as regras do grupo.

Em 2001, percorrendo o córrego 215 e Tiradentes, Kuein, Tuca e Tikuein identificaram os locais dos acampamentos, todos eles perfeitamente compatíveis com os registros feitos em mapa por Ney Barreto, no memorial Xetá elaborado por Loureiro Fernandes (1957). Estes identificaram ainda os pontos de caça e coleta e também os lugares onde foram erguidas as *apoeng adjo* que conheceram e onde foram iniciados (ver Mapa 12).

Quanto aos cemitérios, os Xetá informam que não havia um local específico para enterro dos mortos. Assim sendo, toda e qualquer aldeia grande, acampamento, assim como suas imediações e também os sítios percorridos no interior da floresta, constituíam-se em locais de enterramentos, dependendo da *causa mortis*. Sublinhe-se que no caso das mortes por vingança, o morto não era enterrado, mas abandonado para que os abutres lhe dessem fim.

Segundo os Xetá, durante a década de 1950 e início da de 1960, a dificuldade para se enterrar o morto oscilava entre a necessidade de fugir para não ter o mesmo fim, ou então, por falta de um parente do sexo masculino do defunto para realizar o enterramento. Alguns deles, como a mãe e a irmã de Ana Maria Tigua, a mãe de Tikuein (José Luciano), foram enterradas por não índios. O pai de Kuein, por exemplo, morreu escondido dentro de um tronco de árvore, sendo seu esqueleto encontrado pelos de sua aldeia, algum tempo depois.



CROQUI 02: Óka Awatxu (aldeia grande), com localização da *tapuy apoeng* (casa grande) e respectivos *Tapuy ka*. Elaborado com o auxílio e orientação dos Xetá mais velhos.
Fonte. Aryon Rodrigues, 1960.

Todas as possibilidades de morte mencionadas acima implicavam em condutas diferentes dos vivos para com seus mortos. Porém, aquelas ocasionadas por doença a partir da chegada dos brancos foram tão intensas e devastadoras, que muitos mortos sequer chegaram a ser vistos, menos ainda enterrados. Tal vicissitude impediu a prática tradicional de enterrar os mortos e de observar algumas condutas a serem seguidas após a morte de um membro do grupo. A luta pela sobrevivência foi tão grande que, segundo Kuein, Tuca e Tikuien, não havia tempo para o choro ritual, porque não se podia ser ouvido para não ser alcançado, e tampouco se podia enterrar, para não serem notados.

De qualquer modo, os Xetá mais velhos relatam que assistiram a vários enterramentos quando viviam junto nas aldeias. A este respeito, Kuein contou, em

março de 2003, durante o trabalho do GT, o que segue na citação abaixo. Ressalte-se que esse enterramento foi acompanhado por ele quando ainda era menino e, nessa ocasião, ele acompanhava seu irmão mais velho, que levava uma das mulheres de seu primo, morta, após tentar fugir dos brancos.

“Lá no mato, quando morria uma pessoa, um homem pegava ela, amarrava assim [posição fetal] com cipó imbé karáwy para poder levar ela para enterrar. Nós não tinha caixão não. A gente morta, era amarrada assim [posição fetal]. Tinha choro, muito choro [choro ritual], falação. Mulher, criança tudo choravam. Depois, um homem pegava, punha folha nas costas dele, e pegava pessoa amarrada e colocava suspensa nas costas, sustentado pela cabeça, igual cesto ‘pinako’. Não encostava na pele dele, porque homem colocava folha, entre corpo dele e do morto. Outro homem, ou mesmo menino grandinho [adolescente] seguia o homem, levando o fogo dentro da vasilha de porungo [tição]. Atravessava rio, depois, perto de água, onde tem mato, cava um buraco no chão com uma cavadeira de pau [pau de cavar], quando esta bem fundo, forra o fundo com samambaia, e coloca o morto lá dentro amarrado. Não pode enterrar de bruço, nem de barriga pra cima. Só de lado, ou acororado. Depois cobre com terra, pau, mato até chegar em cima, onde é feito um monte. Ali põe mato e coloca fogo em cima, para bicho não comer e a alma do morto não sair. Antigamente, as coisas do morto, machado de pedra, arco e flecha, tembetá, e outros pertences pessoais eram enterrados com ele, ou queimados sobre a ‘cova’, depois isto não era mais feito (...) Mulher não acompanhava morto, nem ajudava enterrar, nem criança pequena (Kuein Maaña-ay Nhaguakã Xetá. Portaria nº. 1230/PRES/2000)



FIGURA 19: Modo como era conduzido e enterrado o morto Xetá. Kozák, s/d.

A exemplo de outros povos Tupi-Guarani, por ocasião da morte de um membro adulto do grupo, os parentes abandonavam temporariamente o lugar que estavam ocupando, podendo ou não retornar a ele posteriormente. A morte de criança não implicava na mesma conduta, pois, segundo os Xetá, não havia perigo de que *moëw* (espírito ruim), que vivia na mata, levasse os seus parentes, pois a sua “alma” (a da criança) era boa.

Considerando a mobilidade do grupo em função da subsistência e posteriormente a necessidade de fugir dos colonizadores, é possível depreender da memória oral Xetá que não havia um espaço pré-definido para o cemitério enquanto local coletivo.

Quanto ao espaço ritual, o da aldeia grande (*óka awatxu*), sua fundação era marcada por eventos fundadores, como por exemplo, a captura e o sacrifício ritual da *djágua* (onça, ou tigre, como é comumente denominada).¹

Para cada ponto percorrido pelo GT, os Xetá mais velhos – Kuein, Tuca, Tikuein (José Luciano) – descreviam e identificavam os seus ocupantes, o seu evento fundador, o grupo local (família extensa) a que pertencia, os conflitos intergrupais e interétnicos ali ocorridos, o nome recebido em função do evento que ali se passara, o parentesco dos antigos ocupantes com os remanescentes, os adornos corporais do grupo, as armas, o tipo de subsistência, os locais de caça e coleta, os rituais de iniciação ali ocorridos. Enfim, cada lugar está imbuído de um conjunto de memórias e histórias, narradas a partir da rememoração dos acontecimentos e fatos experienciados pelos Xetá, os quais forneceram, elementos concretos sobre a ocupação e territorialidade Xetá.

Os Xetá narraram com segurança os conflitos ocorridos no passado, mostram os locais onde estes ocorreram, contam em detalhes como o fato se desenvolveu, quantas pessoas morreram, de que grupo local eram, quantos sobreviveram e o destino que tiveram. Sempre que fizeram tais relatos, os relacionaram aos grupos locais que conheceram e sabiam existir, além de traçarem a relação de parentesco entre estes e todos os sobreviventes.

No que diz respeito aos vestígios materiais e sítios arqueológicos Xetá na área ora identificada, Maranhão (1989, p. 24), em análise ao levantamento preliminar que efetuou sobre a etnoarqueologia Xetá, através do Projeto Memória Indígena do Paraná² durante duas viagens efetuadas pela equipe de pesquisadores ao local³, observa o seguinte: “*Os sítios arqueológicos Xetá constituem sítios acampamentos típicos de*

¹ Ver SILVA (2003).

² O mencionado projeto é resultado do convênio entre Universidade Federal do Paraná/UFPR através do Departamento de Antropologia, Concitec, com o Museu Paranaense da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (UFPR/Concitec/CNPq/MP), sob a Coordenação da profa. Maria Lygia M. Pires, e teve como objetivo “*Proceder o resgate da história dos grupos indígenas paranaenses, através do contraponto entre a memória oral e as informações de origem bibliográfica-documental*”.

³ O levantamento de campo que resultou no trabalho supra mencionado foi efetuado em janeiro de 1989 durante o período de 15 a 20/01/1989, por pesquisadores da seção de Arqueologia do Museu Paranaense e Projeto Memória Indígena. Aos pesquisadores da área de arqueologia coube “a prospecção e cadastro dos sítios arqueológicos Xetá e a coleta de informações de caráter espacial sobre os mesmos índios com a população Local” (MARANHÃO, 1989, p. 13).

populações caçadoras-coletoras. O pequeno tamanho dos acampamentos, os tipos de atividades neles desenvolvidos e o nomadismo característico deste grupo, contribuem para que o registro arqueológico seja muito pouco marcado” (MARANHÃO, 1989, p.24)

Na sequência, a autora relata: “(...) pudemos perceber que somente através das informações da população local e dos dados provenientes do levantamento das aldeias Xetá realizados durante a expedição do SPI de 1955 (Barreto, 1955), foi possível identificar os sítios arqueológicos deste grupo”.⁴

Na ocasião, apesar do curto tempo de permanência da equipe em campo e da não participação dos Xetá, os pesquisadores, apoiados no levantamento das aldeias Xetá constantes no mapa elaborado por Barreto em 1955, “Planta Parcial das Glebas Serra dos Dourados”⁵, e nos dados obtidos através de entrevistas com a população local, prospectaram e cadastraram cinco sítios arqueológicos⁶:

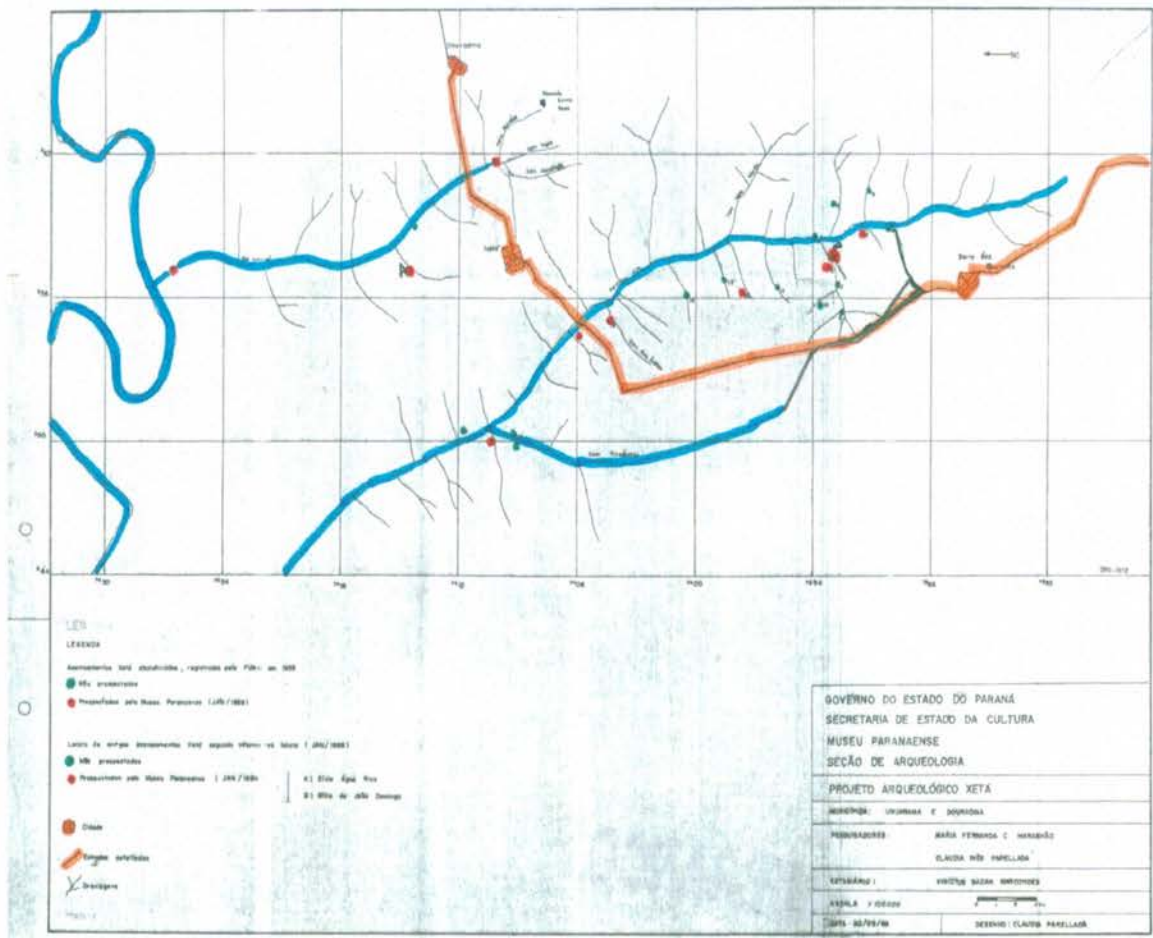
- 1) Recolhimento do Guayará situado na fazenda São Francisco de propriedade da empresa jurídica Santa Maria Agropecuária S/A, antiga sede da COBRIMCO, município de Umuarama⁷;
- 2) Aldeia 15;
- 3) Sítio “A”;
- 4) Aldeia dos pais de Tucanambá (ponto B),
- 5) Sítio “B” (Mapa 16).

⁴ O mapa em questão consta do memorial Xetá elaborado por José Loureiro Fernandes (1957). Para a elaboração do mesmo, Barreto contou com as informações de Tuca e Loureiro Fernandes.

⁵ Processo nº. 8620/3478/99-DV – Identificação e Delimitação da TI Xetá, fls. 598. Sem cópia devido à insuficiência de recursos humanos e materiais disponíveis na Funai, no presente momento.

⁶ Maranhão (1989, p. 13).

⁷ Nesta propriedade, José Chalegre, administrador da fazenda, informou à equipe de pesquisadores que seus colegas o informaram da existência de índios Xetá que trabalharam na fazenda entre 1968 e 1969. Um deles afirmou que as terras da fazenda pertenciam a seus ancestrais (IDEM, p. 14). Observo que os Xetá em questão são filhos de Adjatukã e fazem parte hoje do grupo de sobreviventes mais velhos, até o presente momento, não localizados.



MAPA 11: Mapa Etnoarqueológico. Escala do Original 1:100.000. Fonte: Maranhão (1989).

Segundo os Xetá que acompanharam o GT, o ponto onde hoje está situada a fazenda São Francisco é parte do território do grupo e está situado dentro da presente proposta de limites. Nele e em seu entorno, localizava-se o território de ocupação do grupo local do qual Tikuein, Maria Rosa Tiguá, Ana Maria Tiguá e Kuein eram parte.⁸ O líder dessa família extensa, *Herarekã*, também chamado de *Haykumbay*, caçador de anta, era avô paterno dos dois primeiros, pai do avô materno da terceira e uma espécie de “padrinho” do quarto, que fora criado por ele após o falecimento de sua mãe. O pai de Kuein era irmão da mulher de *Herarekã*, portanto, seu cunhado ou um afim deste.

O perímetro indicado no Mapa 16⁹ tem correspondência com a memória Xetá, demonstrando nas imediações do ponto marcado no Ribeirão Tiradentes, sob o número

⁸ Ver Segunda Parte do Relatório Circunstanciado, p. 124.

⁹ Processo nº. 08620/3478/99-DV, fls. 699. Sem cópia devido à insuficiência de recursos humanos e materiais disponíveis na Funai, no presente momento.

16, situado dentro da área do imóvel São Francisco, a existência do *apoeng adjo* ou *tapuy awatxu* (casa grande), onde Kuein e Tuca foram iniciados e tiveram seus lábios furados. O primeiro, provavelmente, ao final da década de 1930 e o segundo, no final da década de 1940 e início da década de 1950. Ver mapa 12.

No ponto denominado como aldeia 15, também parte do referido imóvel, na margem esquerda da rodovia PR-182, no sentido Douradina – Serra dos Dourados, apesar do total desmatamento do local, a equipe, “*após prospectar um raio de 500 metros do ponto*”, encontrou “*diversas lascas de arenito silicificado e sílex, além de restos de fogueira em corte já existente situado próximo à represa atual (...)*” (MARANHÃO, 1989, p. 14).

No sítio “B”, situado no município de Umuarama, a equipe de pesquisadores, acompanhada do morador João Domingos, conversou com uma antiga moradora, Izabel, com 41 anos à época da pesquisa do GT, a qual relatou que, no tempo em que a Serra dos Dourados foi loteada, foram encontrados na margem direita do córrego Recreio, afluente do córrego 215 “*contas de colares, pente de osso, coquinhos em abundância e dois crânios humanos, além de inúmeros ossos de animais, este material, entretanto, extraviou-se com o tempo*” (MARANHÃO, 1989, p. 15). A partir de tal indicação, a equipe pôde localizar no córrego do Recreio a aldeia Xetá ali existente, conforme demonstra o Mapa 16.

Todos os cinco pontos prospectados pelo Museu Paranaense indicados no Mapa 16, intitulado “Projeto Arqueológico Xetá” elaborado por Maranhão e Parellada (1989), tiveram por base o mapa de Ney Barreto (1955). Eles foram identificados, descritos e detalhados pelos Xetá em todos os seus aspectos.

Os pontos indicados nessa prospecção tiveram como base a memória oral Xetá e o conhecimento dos indígenas mais velhos. Trata-se de pontos de caça de algumas espécies, de coleta de determinados frutos e tubérculos, de barreiros *óguakã*, o de porungo *‘ewe ‘kogua*, além da casa grande *tapuy awatxu*, ou *apoeng adjo*.

b) Dados populacionais com indicação de fatores de desequilíbrio e crescimento

Os dados sobre natalidade e mortalidade Xetá, com indicação dos desequilíbrios e projeção de crescimento populacional do grupo, devem ser compreendidos a partir do processo de genocídio e dispersão de famílias Xetá, promovido no contexto da colonização da Serra dos Dourados, em meados do século XX. Dado o grande número

de documentos e cartas enviadas no período do loteamento dessa região, informações relevantes sobre a população Xetá servem para descrever a dinâmica populacional.

A este respeito, Loureiro Fernandes registrou o seguinte, em comunicação feita durante a III Reunião Brasileira de Antropologia, no ano de 1958:

“Do grupo tomamos contacto, apenas, com sessenta indivíduos, mas, segundo informe de pessoas idôneas que na região habitam, o total deve atingir de duzentos a duzentos e cinqüenta indivíduos. Pode-se afirmar, nesta base numérica que, no máximo apenas 10% da população Xetá freqüenta o Posto do SPI, o restante continua a ser uma população de vida nômade florestal, utilizando o seu primitivo equipamento feito de madeira, de pedra e de osso” (FERNANDES, 1958, p.31).

Por ocasião do contato dos Xetá com os colonizadores do noroeste paranaense, a documentação oficial e científica estimou que a população, à época, era formada por cerca de 250 pessoas. A memória dos sobreviventes Xetá, no entanto, afirma que seu povo era muito mais numeroso do que as estimativas oficiais supõem, chegando a somar 400 pessoas aproximadamente, distribuídas em famílias extensas pelos diferentes pontos da margem esquerda do rio Ivaí e seus tributários.

De acordo com a memória oral Xetá, apenas alguns pequenos núcleos familiares foram avistados e chegaram a ser alcançados pelos colonizadores. Os que se encontravam mais próximos do rio Ivaí, um dos primeiros pontos de chegada dos brancos (*kikãtxu*) e índios de outras etnias, chamados genericamente de *mbýa*, foram varridos de seu habitat, sem sequer fazerem parte das estatísticas oficiais.

Kuein relata que nas imediações do rio Ivaí e seus tributários havia muitos deles separados, habitando grandes aldeias (*oka Awatxu*), com grandes casas (*tapuy adjo* e *Apoeng Awatxu*). Estes foram os primeiros a serem atingidos. Tuca também se lembra de ter ouvido de seus pais que seu povo era numeroso e que sua redução teve início a partir da ocupação de ambas margens do rio Ivaí, por brancos e índios de outras etnias. Essas memórias são corroboradas por Kozák (1981), que em suas primeiras anotações de campo registrou a mesma informação, desta feita, a partir de relatos de Arigã (Eirakã, Arikã), Adjatukã, Mã e Nhengo, durante as décadas de 1950 e 1960.

Se tomarmos como base os registros de memória de Kuein, Tuca e Tikuein, representados no genealograma das relações de parentesco entre os Grupos Locais 01, 02, 03 e 04 (Figura 02), bem como os dados sobre parentesco em Silva (1998), os manuscritos de Rodrigues (1960-1961) e os de Kozák (1955-1967), é possível afirmar que a estimativa populacional indicada pelos Xetá é procedente, uma vez que suas

lembranças remetem a um período que antecede o processo de colonização do noroeste do estado do Paraná, no início da primeira década de 1950.¹⁰

De qualquer maneira, considerando que as primeiras estimativas oficiais sobre a população Xetá ocorrem por volta de 1956/1957, quando a ocupação branca sobre o território desse povo já era intensa, é possível estimar que a população Xetá no período que antecedeu a colonização fosse muito maior que aquela prevista pelas fontes documentais, o que reforça os dados de memória dos sobreviventes mais velhos do grupo e torna possível inferir seu número.

O período de colonização da região da Serra dos Dourados promoveu grave desequilíbrio populacional, em função das doenças contagiosas disseminadas entre as famílias, das constantes fugas, envenenamentos, espingardeamentos, dos roubos de crianças e de sua dispersão, das alterações ambientais, entre outras ações antrópicas. No momento atual, a situação vivida pelos Xetá é muito particular.

No período entre 1997 e 2004, a população Xetá praticamente dobrou. Silva (1998) registra que os Xetá perfaziam um total de 50 pessoas, incluindo neste contingente os oito indígenas mais velhos e todos os seus descendentes diretos consanguíneos. Durante este período a taxa de mortalidade foi de 0%.

Faixa Etária	Sexo	Feminino	Masculino	Total
00 _____ 01		01	04	05
01 _____ 04		06	07	13
05 _____ 07		06	06	12
08 _____ 10		07	05	12
11 _____ 15		06	06	12
16 _____ 20		04	03	07
21 _____ 25		02	03	05
26 _____ 30		01	02	03
31 _____ 35		03	01	04

¹⁰ A estimativa oficial, certamente remete, apenas, àqueles grupos locais Xetá habitantes do córrego 215 e Tiradentes (aos quais pertencem os atuais Xetá) na época da intensificação do processo de colonização.

36	40	00	02	02
41	45	00	01	01
46	50	01	00	01
51	55	02	01	03
56	60	00	01	01
60	65	00	00	00
66	70	00	01	01
Total		39	43	82

Tabela 11: População Xetá por sexo e faixa etária. Ano 2003. Portaria nº. 1230/Pres/2000

Atualmente, a população Xetá é de 159 pessoas. Neste cômputo estão contabilizados os filhos e netos consanguíneos e os adotivos considerados por estes como filhos, por terem sido criados e socializados por eles, assim como os cônjuges.

Trajetória de Tucanambá José Paraná (Tuca)



FOTO 87: Tuca durante a II Expedição de contato do SPI.
 Autor: Kozák, 1955. Acervo MAE/UFPR.



FOTO 56: Tuca durante viagem a Serra dos Dourados. 1960.

FOTO 57: Kuein, junto
amigo da família, Helena
(esposa de Tuca), afilhada
de Helena e Tuca.



FOTO 58: Tuca, o
filho José, Indioara e
Indiamara suas filhas.

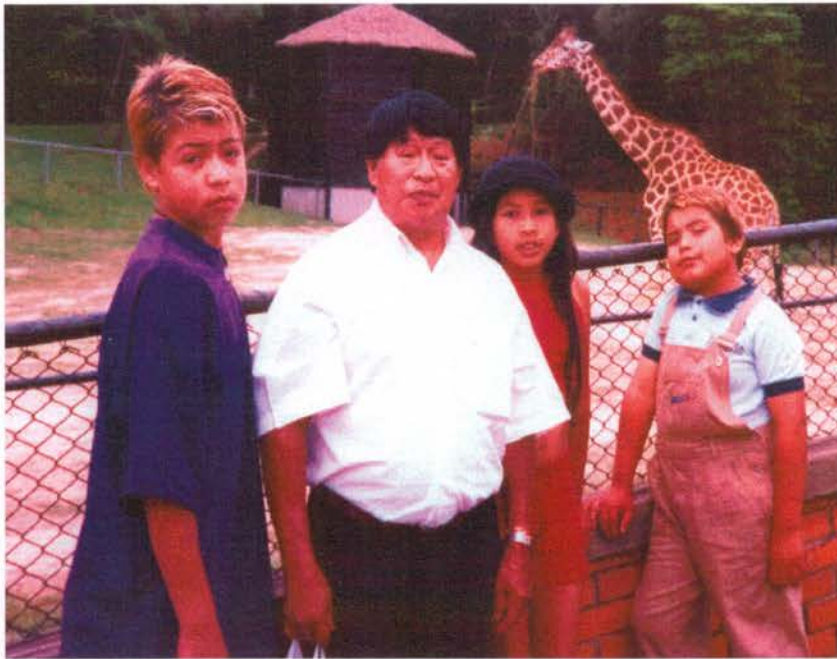


FOTO 59: Tuca e os netos, Pablo, Maiara e Patric.

FOTO 60: Tuca, suas filhas Indiamara e Indioara e netos Bruno, JMaiara, Patric e Albert. Encontro Xetá. Márcia Rosato, 1997.



Trajatória de Kuein



FOTO 61: Kuein ainda menino, seu irmão Arigã, filhos e esposas. Aldeia no Córrego 215. Kozák, s/d. Acervo MAE/UFPR



FOTO 62: Kuein, ao lado do sobrinho Tiquêin, da sobrinha Tiguá (a sua esquerda) e da prima Maria Rosa Tiguá (a sua direita). Encontro Xetá, em Curitiba. Carmen L. Silva, 1997.



Foto 63: Kuein, na Serra dos Dourados. Kozák, 1967. Acervo MAE/UFPR



FOTO 64: Kuein, portando seu *Awra hambey*.

Trajetória de Maria Rosa Tiguá (Iradjo)



FOTO 65: Indianara, Maria Rosa Tiguá e o neto Willian.

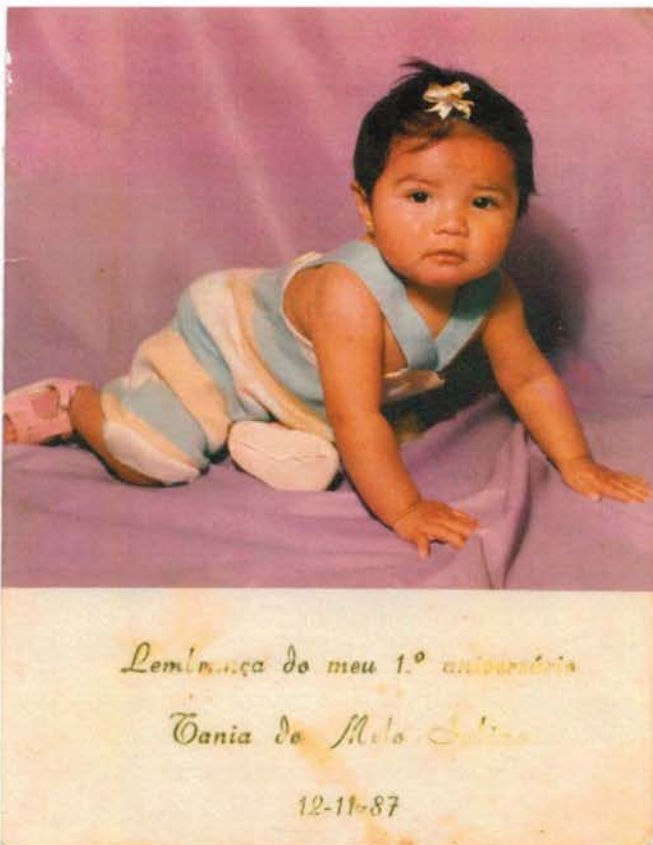


FOTO 66: Tânia, filha de Tigüa que foi adotada por outra família. Acervo pessoal de Maria Rosa Tiguá.

Trajetória de Ana Maria Tigua (*Tunkaadjo*)

Proc. nº 3478/99
Fls. 1141
Rúbrica Elaine



FOTO 67: Tigua com o pé sobre a cabeça de seu pai e sua mãe *Pi'akã*. Autor: Kozák, s/d. Acervo MAE/UFPR



FOTO 68: Tigua, Paulo Sérgio (filho) e Luiz Carlos (esposos).



FOTO 69: Tigua, ao centro, com *Pi'akã*, sua mãe (à esquerda), seu irmão e seu pai *Arikã/Arigã/Eirakã* (à direita). Autor desconhecido, s/d.



→ Tikuein ao lado do irmão Geraldo, entre seu Pai Mã, a sua esquerda, e Nhengo a direita.

→ Tigua entre seu pai Arigã e sua mãe.

FOTO 70: Tigua, seu pai Arigã e sua mãe. Autor desconhecido, s/d. Acervo MAE

Trajetória de Tiquen (Karombe) e Rondon (Ma'hay)

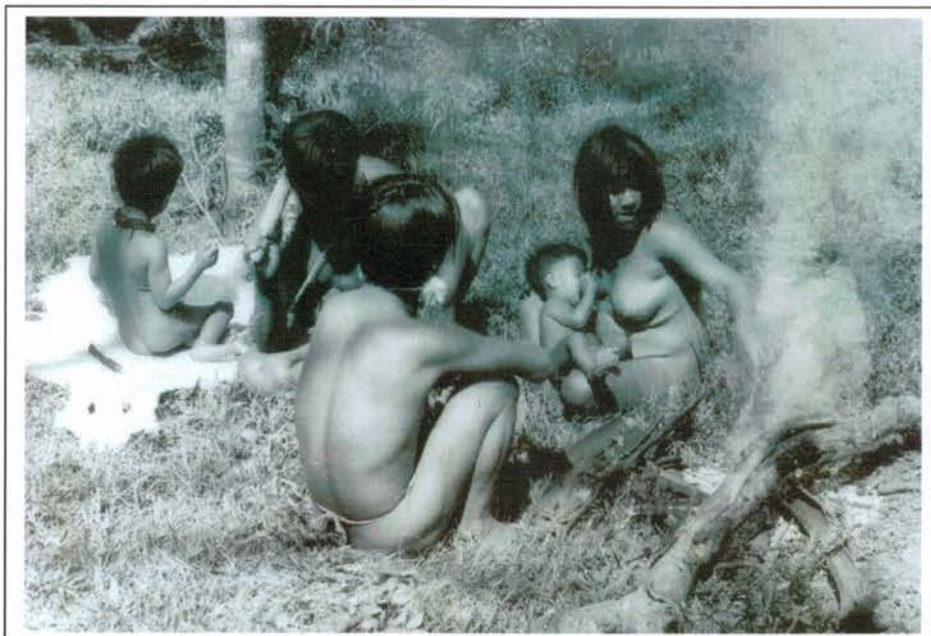


FOTO 71:
Tiquen, seu
pai Arigã (ao
fundo), Kuein
(de costa),
Aruay e o
filho Rondon.
(PIN
Guarapuava).
Autor: Kozák,
s/d. Acervo
MAE/UFPR



FOTO 72: Tikuein e os filhos, Fagner e Aline.

FOTO 73: Rondon, sua esposa, Librantina, suas filhas Juliana e Rafaela, o irmão Tiquien e o tio, Tuca. Área Indígena Xapecó/SC.



Trajetória de Tikuen (José Luciano da Silva, Nhangoray)



FOTO 74: Tikuein ainda menino e sua irmã, que sumiu, sem que ninguém soubesse do paradeiro. Kozák, s/d. Acervo MAE/UFPR

FOTO 75: Tikuein (José Luciano). Autora: Márcia Rosato, s/d.



FOTO76: Mã (Haykumbay), pai de Tikuein, GL 01. Córrego 215. Kozák, 1955. Acervo MAE/UFPR



FOTO 77: Tikuein, com Conceição (esposa) e neto.

FOTO 78: Benedita
(filha Tikuein), esposo
e filhos.



FOTO 79: Rosângela (filha mais
nova de Tikuein), esposo e filhos.

FOTO 80: Dival (filho
natural mais velho de
Tikuein), esposa e um
dos filhos.





FOTO 81: Claudemir (filho de Tikuein), esposa e filhos.



FOTO82: Tuti (filha Tikuein), esposo e filhos.

FOTO 83: Tikuein,
esposa, as filhas
Benedita e Sueli e netos.
Encontro Xetá. Márcia
Rosato, 1997.

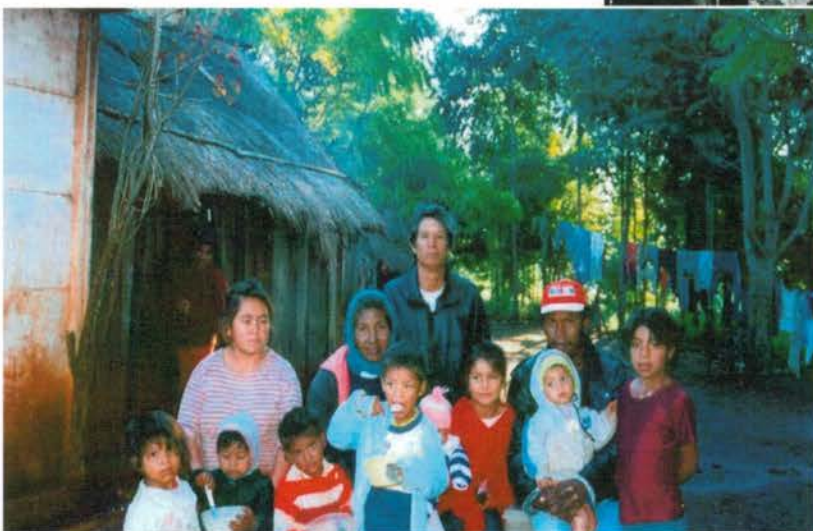


FOTO 84: Tikuein,
Conceição, Zezão (filho de
Conceição) e netos. Ao
lado e ao fundo, duas
noras.

Trajetória de Maria Rosa ã (Moko)



FOTO 85: *Moko* (Maria Rosa ã), quando ainda vivia na Serra dos Dourados. Kozák, s/d. Acervo MAE/UFPR



FOTO 86: Maria Rosa ã.
Autora: Márcia Rosato, s/d.



FOTO 87: Maria Rosa ã e os filhos Sebastião e Aricã.



FOTO 88: Maria Rosa ã e a filha Iati
.Márcia Rosato, 1997.

Considerando o esbulho do território, o genocídio e dispersão dos sobreviventes os Xetá cogitam a possibilidade de existirem outros descendentes os quais, ao tomarem conhecimento do processo de reorganização sob uma mesma base territorial, podem desejar se juntar novamente e habitar a TI Herarekã Xetá. Sobre isso, Silva (1998; 2003) informa que, durante pesquisa realizada no período entre 1996 e 2003 ela obteve informações da existência de outros cinco Xetá¹¹ (quatro homens e uma mulher, da geração dos Xetá mais velhos) que teriam sobrevivido ao processo de genocídio. Estes, porém, não foram localizados até o presente momento.

Esses indígenas foram removidos de seu território para outras terras indígenas e também cidades. Diante desse novo contexto, os Xetá ficaram impedidos de praticar suas regras matrimoniais e de filiação, antes baseadas na escolha de parceiros pertencentes a grupos locais distintos e aliados. Com o casamento, as esposas deixavam seu grupo local de origem e passavam a integrar o grupo local de seus maridos (patrilocalidade), e seus filhos herdavam a linhagem do pai (patrilinearidade).

Anos mais tarde e por falta de parceiros ideais, tendo em vista o genocídio a que foram submetidos os antigos grupos locais, os Xetá se casaram com indígenas das etnias Guarani e Kaingang, ou ainda com não indígenas, traçando trajetórias em diversas terras indígenas e cidades do Paraná, mas também do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A regra de filiação patrilinear foi prejudicada, de certo modo, contudo, o casamento interétnico foi a solução encontrada para que os Xetá não desaparecessem enquanto grupo.

Para fins de censo populacional do povo Xetá e tendo em vista o processo de reagrupamento Xetá, foram consideradas todas as famílias formadas a partir de casamentos entre índios Xetá e Kaingang ou Guarani, bem como com não indígenas. Nessa via, a estimativa populacional difere, por exemplo, dos dados registrados no Posto de Saúde da TI São Jerônimo, que atribui descendência étnica a partir da linhagem paterna, somando, assim, 15 homens e 18 mulheres de etnia Xetá nesta terra indígena

Todavia, para os índios, as mulheres Xetá que se casam com homens Guarani, Kaingang ou com não indígenas têm filhos que se reconhecem e que são reconhecidos como integrantes do grupo étnico Xetá. Em vista disso e frente aos últimos levantamentos, a população Xetá hoje é composta por 113 pessoas (descendência

¹¹ Essas pessoas não foram consideradas para fins de contagem da população Xetá.

direta), que, juntamente com os respectivos cônjuges e com o grupo de filhos e netos de outro casamento de Conceição (não indígena, viúva e mãe dos filhos de Tikuein, moradora da TI São Jerônimo), totalizam 159 pessoas (cf. Tabela 1).

Sublinhe-se que, de uma sociedade considerada como extinta, os Xetá vem apresentando uma importante reconstituição populacional. Desde a geração mais velha, os Xetá vem se reorganizando politicamente, na intenção de reocuparem parte do seu território tradicional. A primeira geração de descendentes, em especial, vem realizando ações para recompor os fragmentos da cultura e da história Xetá, a partir da memória oral e de saberes tradicionais, reorganizando-se, no presente, nas terras indígenas São Jerônimo e Rio de Areia, com vistas a voltarem a viver juntos na TI Herarekã Xetá.

c) Áreas necessárias para reprodução física e cultural do grupo

Com o esbulho do território e a dispersão de famílias Xetá, ao longo dos anos, os índios mais velhos e seus descendentes construíram estratégias para alimentarem os laços de parentesco e uma memória comum Xetá. As visitas entre os grupos ligados pelos laços de parentesco ou afinidade é uma prática cultural tradicional, assim como de outros entre povos Tupi-Guarani, antes efetuada através dos deslocamentos no interior de seu *habitat*.

Quando ainda estavam vivos, Tuca e Tikein reuniam-se com Kuein e Maria Rosa ã, oportunidades em que sempre praticavam a língua nativa e contavam suas histórias e de seus antepassados, conversando também sobre o presente e o futuro dos descendentes, assim como o retorno ao território. Nos dias atuais, embora longas distâncias separem essas famílias, elas nunca perdem totalmente o contato entre si.

Os contatos e encontros realizados entre os Xetá sempre oferecem algum custo para as famílias, pois a maioria delas dispõem de pouco dinheiro para viver. Contudo, esse povo resiste diante das dificuldades e, mesmo dependentes da colaboração alheia, mantém o ritual de visitação, uns aos outros, sempre que possível.

Registre-se que os encontros entre as famílias dos Xetás mais velhos se tornaram mais frequentes, especialmente após 1994, quando alguns deles tomaram conhecimento dos parentes que sobreviveram ao genocídio, como foi o caso de Tikuein (José Luciano). Outro evento que consolidou a reunião entre as famílias descendentes dos diferentes grupos locais, deu-se em 1997, o qual resultou na articulação política das famílias Xetá em torno da reivindicação fundiária.



FOTO 89: Encontro Xetá, no então Posto Indígena São Jerônimo.
Kimiye Tomazino, 1994



FOTO 90: Tuca e Tikuein contam histórias na Língua Xetá,
durante Encontro Xetá. Márcia Rosato, 1997.



FOTO91:

Maria Rosa ã, Ana Maria Tigua e Maria Rosa Tigua, as três mulheres Xetá mais velhas, durante Encontro Xetá. Márcia Rosato, 1997.

Esses momentos de encontro são oportunidades para rememorar os antepassados, quando também são contadas histórias relacionadas a práticas Xetá de outrora e de hoje, como as saídas para caça nas matas da Serra dos Dourados, as técnicas para a confecção de mundéus e armadilhas, assim como aquelas para elaboração de flechas e machados, assim como sobre as plantas das casas que servem não apenas para ornamento e alimentação, mas também para a troca e fortalecimento dos laços afetivos e de parentesco. Esses elementos constituem parte da cultura Xetá, que se mantém viva ao longo das gerações, interligando velhos e jovens.

Conhecimentos e técnicas sobre caça são fator de integração entre as gerações mais velhas e as novas e tornam-se o mote de longas conversas entre os descendentes mais velhos de Tikuein e os jovens. Antes de falecer, em 2005, Tikuen repassou esses conhecimentos para todos os filhos homens da primeira geração de descendentes, que vem ensinando essas técnicas para seus próprios filhos, que também demonstram interesse em manter vivo este conhecimento.

Nesse processo, Dival, sendo o filho natural mais velho de Tikuein, ficou incumbido de guardar um importante legado cultural dos Xetá. Trata-se dos arcos e flechas feitos por seu pai, assim como os conhecimentos sobre a confecção desses instrumentos, os quais estão relacionados aos saberes sobre os recursos da floresta.



FOTO 92: Dival, com peças da cultura material Xetá.

O cultivo do porungo também se configura como elemento de aproximação e integração das famílias e gerações Xetá. Conforme a memória oral desse povo indígena, a única espécie vegetal que era cultivada pelos grupos locais, na Serra dos Dourados, era o porungo (*Crescentia cujete*). Ele era utilizado para a confecção de cuias, um dos poucos utensílios que eram levados pelas famílias Xetá durante suas caminhadas, cujas sementes eram empregadas como alimento.

O porungo tem grande importância dentro no universo cultural Xetá, não apenas em termos do seu emprego nas atividades produtivas e no cotidiano das casas, mas especialmente por constituir parte da cosmologia Xetá. A história sobre o surgimento dessa planta entre esse povo indígena está no cerne da memória oral do grupo, pois articula-se a sua origem mítica:

“(...) a planta nossa era só a porunga [porungo], mesmo. Só, a planta nossa era só isso. Então, disse que tinha um índio no mato, ele era grandão. Aí ele não tinha vasilha para

pegar água, ele tinha só aquela canoa de coqueiro. Então ele pegava a água com a canoa de coqueiro. Então diz que um dia ele falou assim:

- Vocês pegam, me matam, mas me matam devagarzinho, não me machuquem. Se vocês me quebrarem, vocês não têm vasilhas. Vocês me matam devagarzinho. Vocês me matam, vocês saem daqui, vão para outro lugar. Na hora que vocês voltarem aqui, tem bastante porungo aqui. Daí essa vasilha vai servir para vocês baldearem água, vai servir para vocês fazerem muita coisa.

Daí eles ficaram com dó dele:

- Matar você por quê?

Aí ele falou:

- Não, pode me matar. [Observa Tikuein: mas não era para dar bordoadas para quebrar, não era pra quebrar não].

Aí, diz que pegaram um pedacinho de pau: e pá... pá..., mas levaram quase o dia inteiro para matar ele. Mas não machucaram não. Até que matou ele. Aí diz que ele andava para lá. Daí mataram ele bem no meio do terreiro. Aí mataram ele. Aí pegaram e disseram:

- Vamos embora!

Foram embora. Passou um tempo, voltaram lá, mas diz que estava uma porungada [alonga a voz], bastante daquele porungo, e o lugar onde que ele estava [o homem], tinha um porungão desse tamanho [com gestos mostra o tamanho, bem grande].

Aí, diz que antes d'eles matarem ele, ele explicou pra eles o que era para eles fazerem. Disse que pra eles tirarem aquela porunga tinha que deixar madurar aquela porungo. Daí tirava a tampinha certinha na parte de cima onde fica o talo, aí tirava a semente de dentro e sapecava no fogo. Daí pegava, punha ali a água, pra amolecer o que tinha dentro, daí rapava de dentro, aí ficava vazio. Assim eles fizeram né. Mataram ele, daí pegaram, largaram lá e foram embora. Com o tempo eles voltaram, estava aquela porungada lá. Então a vasilha deles eram aqueles porungos. Essa era a nossa vasilha. Esse porungo nasceu de gente nova nossa que foi matada pelos antigos nossos pra virar porungo. Era nossa gente antiga, ele era novo. Mataram ele para virar vasilha pra eles, para os antigos" (José Luciano da Silva).

A grande importância atribuída pelos Xetá ao porungo não é algo estranho a povos do tronco Tupi, onde o mesmo está presente principalmente como instrumento musical, cujo valor simbólico é ressaltado no que diz respeito ao seu papel mediador entre o sagrado e o profano.



→ Cesto
→ Faixa transporte
→ Porungos
→ Esteira

FIGURA 20: Mãe de Tikuein carregando irmã mais nova deste. Córrego 215, Serra dos Dourados, Paraná. Autor: Vladimir Kozák, s/d.

No caso desse povo indígena, ele era e continua sendo fonte de alimento, vasilha do cotidiano e também dos rituais sagrados, pois nas cuias de cabaça eram servidas as bebidas rituais de frutas. Nelas também era macerada a erva que banhava as meninas e os meninos iniciados.

O porungo tem ainda hoje uso multifuncional. Sua leveza permitia que as mulheres Xetá os transportassem nas pequenas e longas caminhadas, até mesmo quando fugiam dos “brancos”. Apesar das fugas, as sementes eram sempre guardadas e

transportadas, para serem plantadas nos arredores dos acampamentos de inverno (*óka kã*) e também das aldeias grandes (*óka awatxu*), onde as famílias se instalavam durante o período de celebração dos rituais.

Hoje, o cultivo do porungo é fator de integração entre as famílias Xetá, especialmente, por meio das mulheres, pois subjaz a essa prática produtiva, comum em todas as casas Xetá, o elemento simbólico que sustenta as relações afetivas e de parentesco, não apenas entre as famílias que moram na TI São Jerônimo, mas entre estas e outras famílias, como as de Maria Rosa ã, que mora na TI Rio de Areia.

Interpretando as relações entre as famílias Xetá à luz do mito de nascimento da planta e do povo Xetá, conforme a narrativa de Tikuein indicada acima, é possível apreender que, por meio dela, essas famílias manifestam sua relação mais profunda com a terra. O cultivo, a coleta e o tratamento para confecção de cuias, como as mulheres Xetá fazem hoje, materializam as memórias dos Xetá mais velhos, no presente, dando continuidade aos vínculos culturais e históricos entre as gerações, as famílias e os indivíduos, que delineiam a territorialidade Xetá.



FOTO 93: Maria Rosa Tiguá (de costas), Maria Rosa ã e sua neta, na TI São Jerônimo..

A tradição do cultivo do porungos ou cuieiras é alimentada também por Maria Rosa ã Xetá e Maria Rosa Tiguá, cujas famílias moram, respectivamente na TI Rio Areia e no distrito de Douradina, próximo a Umuarama. Ambas, em visita à TI São Jerônimo da Serra, em 2013, expressaram esse vínculo, por meio da coleta de sementes junto às filhas de Tikuen (José Luciano), para plantarem e cultivarem mudas em suas casas.



FOTO 94: Benedita Xetá e porungo colhido de seu quintal..

Tratam-se assim de práticas que consolidam as famílias Xetá como um povo, pelo compartilhamento de referências culturais e históricas comuns, por meio dessas trocas simbólicas, que resistem, não obstante as distâncias que os separam.

Essa rede de trocas é alimentada também a partir do cultivo de outras plantas. As casas e roças dos descendentes de Tikuein (José Luciano) apresentam inúmeras plantas ornamentais, assim como espécies que se destinam ao consumo da família e que são trazidas de outros lugares para os quintais e pomares das casas Xetá. Dival, por exemplo, gosta de coletar orquídeas do mato para enfeitar o seu quintal, enquanto Benedita, Sueli e Rosângela cultivam rosas.

As mulheres Xetá da TI São Jerônimo aprenderam com Tikuein saberes sobre as plantas, os quais derivaram de sua relação com a territorialidade Xetá, manifestado a partir de suas andanças por diferentes terras indígenas, assim como em fazendas, neste caso, nos períodos de trabalho nas roças do café. Elas contam que o pai não gostava muito que os filhos cultivassem plantas sem utilidade, só pela beleza. Ele tinha o hábito de presenteá-los com mudas de fruteiras ou de palmitos, que trazia de suas viagens.

Nesse sentido, a palmeira de jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), presente nas casas de Benedita e dos outros descendentes de Tikuein, não representa apenas um recurso para a subsistência da família e do grupo. Seu cultivo representa a expressão de uma tradição alimentada desde a geração anterior e que se perpetua.

"O pai, ele saía muito para trabalhar fora, porque nós era tudo pequeno e ele não ficava junto com nós. Ele ficava, assim, de quinze em quinze dias ele saía. Nós não sabia pra onde ele ia, só sabia quando ele voltava com dinheiro pra fazer compra pra gente, né? Aí ele trazia as mudas! E da onde ele ia, trazia, trazia assim desses lugar, porque ele ia trabalhar mais nas fazendas, né? Roçar, assim, roçar pasto. Então d'aonde ele vinha, vinha com o saquinho dele nas costas com as mudas dentro. (...) Ele

trazia maracujá, muda de laranja, todo os tipos de frutas ele trazia pra plantar. (...) Inclusive ele trouxe um pinhão, (...) E daí deu o pinheiro [Araucária]. (...) Mas geralmente ele fazia assim, aonde ele ia trabalhar, ele trazia. Que ele falava assim pra mim, 'não é perdido plantar, porque se vocês não comer, outra criança, de outra pessoa, vem e come'. Mas na verdade a gente planta não é só pra gente, a gente planta pra outra pessoa também, que vem de fora. Era fruta, banana, árvore mesmo. Ele falava pra nós, então onde nós vai, que nós vê uma planta assim, nós já traz pra nós plantar" (Benedita Xetá)

Dessa forma, o cultivo de espécies "úteis" também serve para as trocas efetuadas entre os irmãos e os sobrinhos, assim como pessoas afins, extrapolando o sentido prático (alimentação e subsistência) e estético paisagístico. Tais plantas figuram também no campo da saúde, somando-se ao conjunto de plantas medicinais utilizadas pelos Xetá, conforme descrito a seguir, destinando-se ao fortalecimento do corpo e, por conseguinte, da espiritualidade.

Cultivo de Plantas Medicinais

As noções Xetá sobre saúde têm correspondência com os recursos naturais disponíveis nos lugares onde moram e significam uma reformulação de antigas referências de saúde e doença. Em decorrência do genocídio empreendido contra esta sociedade, a partir de 1940, estimulado pelo governo do Paraná com sua política agrícola expansionista e com a convivência do SPI, inexistem informações precisas sobre as noções de saúde anteriores ao contato.

Diante da grande interferência na organização social desse povo, promovida pelo processo de colonização da Serra dos Dourados, os saberes e práticas curativas tradicionais hoje têm sido alimentados, especialmente, por meio do convívio com os povos Kaingang e Guarani. Em virtude disso, esse povo indígena tornou-se capaz novamente de identificar, manipular e cultivar diversas espécies vegetais com propriedades medicinais.

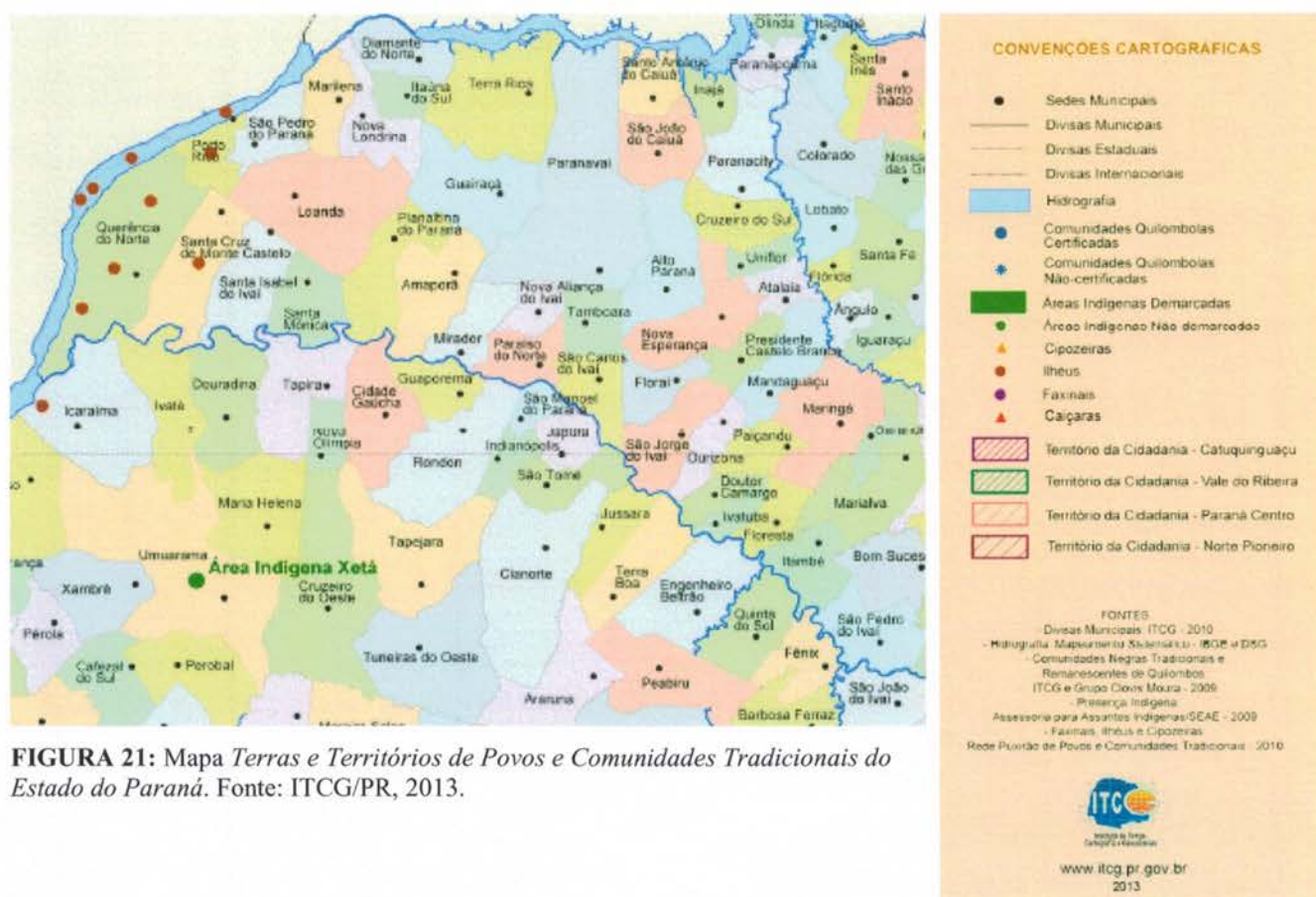
A tabela abaixo derivou de um inventário feito pelos Xetá, com aplicação prática de cada espécie, demonstrando a variedade etnobotânica das plantas medicinais que cultivam nos arredores de suas casas e a amplitude do conhecimento sobre os recursos naturais e disponíveis na reserva florestal das terras indígenas onde vivem.

Medicinas	Espécie Botânica	Família Botânica	Uso
Alevante	<i>Mentha</i> sp.	Lamiaceae	Bom para gripe das crianças.
Agrião	<i>Nasturtium</i> sp.	Brassicaceae	Para xarope anti-gripal.
Aguarama	Não identificada	Não identificada	Bom para queda de cabelo.
Angiqueira	<i>Anadenanthera</i> sp.	Fabaceae	Casca boa para bronquite.
Arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Rutaceae	"Arruda é assim, quando chega uma coisa ruim, vai direto nela e ela corta. E pode fazer chá dela, pra mulher que está de dieta. Se tiver com muita dor de cabeça, você corta um galho e coloca, ajuda a sarar" (Sueli Xetá)
Artemisia	<i>Artemisia vulgaris</i> L.	Asteraceae	Para menstruação descontrolada.
Assa-peixe	<i>Vernonia polyanthes</i> Less.	Asteraceae	Raízes boas para tratar pneumonia.
Barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i> Mart.	Fabaceae	Ação cicatrizante, para curar ferida, e bom para vagina (corrimentos). Torra-se a casca no fogo.
Camomila	<i>Matricaria chamomilla</i> L.	Asteraceae	Bom para dor de barriga de bebês.
Carovinha	<i>Jacaranda pteroides</i>	Bignoniaceae	Cicatrizante, bom para feridas.
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less) DC	Asteraceae	Bom para dor no estômago e na coluna.
Casca de romã	<i>Punica granatum</i> L.	Punicaceae	Bom para diabetes.
Chapéu de couro	<i>Echinodorus macrophyllus</i> (Kunth) Micheli	Alismataceae	Bom para cólicas e infecção na bexiga.
Cipó escada	<i>Bauhinia angulosa</i> Vogel	Fabaceae	Bom para diabetes e para dor na coluna.
Cipó mil-homens	<i>Aristolochia esperanzae</i> Kuntze.	Aristolochiaceae	Bom para dores de barriga e de estômago.
Cipó sumi	<i>Anchietea salutaris</i> A. St.-Hil.	Violaceae	Limpeza no sangue, doença de pele
Cravo	<i>Syzygium aromaticum</i>	Myrtaceae	Chá para resfriado. Nativo, "da natureza mesmo.
Erva bicho	<i>Polygonum punctatum</i> Elliott	Polygonaceae	Para quem não dorme à noite de dor.
Erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae	Bom para gripe.
Erva doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Apiaceae	Bom para chá de "empachamento" de bebê.
Erva Santa Maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	Bom para anemia.
Espinheira santa	<i>Maytenus</i> sp.	Celastraceae	Bom para dor na coluna e diabetes.
Feijão andu	<i>Cajanus cajan</i> (L.) Huth	Fabaceae	Folhas boas para tratar infecção.
Guine	<i>Petiveria alliacea</i> L.	Phytollacaceae	Para curar machucados de animais.
Hortelã	<i>Mentha</i> sp.	Lamiaceae	Bom para lombriga.
Laranja	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae	Folhas boas para gripe.
Lima	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae	Folhas boas para parar vômitos e diarreias.
Pau tenente	<i>Quassia amara</i> L.	Simaroubaceae	Bom para dores na coluna e outras.
Perova	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Apocynaceae	Bom para diabetes.
Poejo	<i>Mentha pulegium</i> L.	Lamiaceae	Bom para gripe do bebê.
Ponta livre	<i>Achillea millefolium</i> L.	Asteraceae	Bom para pontadas em qualquer lugar.
Quebra-pedra	<i>Phyllanthus</i> sp.	Euphorbiaceae	Para tratar infecções.
Sene	<i>Cassia angustifolia</i> Vahl.	Cesalpinaceae	Bom para tratar inflamações.
Total: (33) espécies medicinais etnoinventariadas.			

TABELA 12: Plantas medicinais cultivadas e coletadas na mata pelos Xetá

Conforme detalhado na Segunda Parte do Relatório Circunstanciado, as famílias Xetá vivem, conforme a fala dos próprios índios, “*de favor na terra dos outros*” (ver Tabela xx – famílias e localização). Estes locais estão situados em diferentes regiões do estado e apresentam diferentes características ecológicas e pressões socioambientais. Neles, os índios Xetá não gozam plenamente os seus direitos territoriais e de autodeterminação, pois trata-se de terras indígenas de ocupação tradicional Kaingang ou Guarani, na qual as famílias Xetá vivem conforme as políticas de gestão territorial estabelecidas por outras lideranças. Desse modo, e tendo em vista o crescimento da população nessas terras, não há condições adequadas à reprodução física e cultural Xetá, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Na Figura 11, são destacadas as três áreas indígenas onde se encontram os Xetá, na atualidade, com vistas a ressaltar aspectos relacionados tanto ao território Xetá como ao contexto mais amplo em que ele se insere.



A despeito do discurso recorrente de muitos representantes do setor agropecuário, que costumam questionar a legitimidade das reivindicações territoriais de povos indígenas na região e apresentam títulos de terras ditos *incontestáveis*, é fundamental considerar que, no caso em análise, as cadeias dominiais¹² referentes a estes títulos tiveram início no período em que se efetivou o processo de genocídio e esbulho do território Xetá, com o desmatamento das matas para loteamento e colonização. Com efeito, a área ocupada pelo povo Xetá foi alienada pelo governo paranaense para as companhias de colonização, a fim de promover a expansão a qualquer custo da fronteira agrícola para a região noroeste deste estado.

O depoimento de um dos primeiros moradores da região, Naboro Fujiharu, nascido no Japão, que conheceu Tuca quando jovem, confirmou que a área ora identificada era ocupada por muitos grupos locais Xetá, inclusive o do pai de Tuca. Naboro testemunhou, àquela época, a violência praticada por muitos dos novos ocupantes da região contra este povo:

“Nós andávamos por isso tudo, porque a gente também caçava para comer, esse lugar era farto. Nesse 215 [córrego Duzentos e Quinze] tinha muitas aldeias, esse rio eu conheci mais, porque eu era menino, tinha mais ou menos 12 a 13 anos, nós andávamos isto tudo caçando. Meu pai e meu irmão mais velho conheceram mais. Naquele ponto onde o [córrego] Tiradentes deságua nele, era cheinho de aldeia deles. Era neste lugar que estavam as barracas dos peões da companhia de colonização. (...) Ali tinha muitos índios que inclusive chegavam nas barracas. Só que peão não respeita nada e ninguém, eles pegavam as índias. Eu lembro que uma vez um peão levou uma índia para barraca dele e o marido dela quase matou esse peão com a flecha. Desde então, os índios sumiram dali. Pensei que eles tivessem ido para outro lugar, porque era índio demais por esse 215, eram muitas mocinhas, crianças, mulheres, rapazes, era impossível acabar tudo. Acabaram com todos” [grifo nosso] (Naboro Fujiharu. Portaria nº. 1230/PRES/2000).

Atente-se para o fato de esta ter sido a última região do estado a passar pelo violento processo de despovoamento dos habitantes originários (o povo Xetá), e de repovoamento com migrantes, tanto brasileiros, vindos em grande parte do Rio Grande do Sul, descendentes de imigrantes alemães ou italianos, ou ainda japoneses. Sublinhe-

¹² O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) define o conceito de cadeia dominial como segue: é a relação dos proprietários de determinado imóvel rural, desde a titulação original pelo Poder Público até o último dono (atual proprietário). O estudo, feito junto ao Cartório de Registro de Imóveis é utilizado pelo Incra para o cadastramento de imóveis rurais e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, o CCIR. Está presente em praticamente todos os processos administrativos da autarquia e é de extrema importância para que o Incra nunca venha a pagar uma eventual desapropriação a quem não é efetivamente dono da área.” Texto disponível em: <http://www.incra.gov.br/sr01/index.php?option=com_content&view=article&id=11521:o-queecadeiadominial&catid=52:faqincra&Itemid=280>.

se que, para a colonização, deu-se a derrubada das extensas áreas de floresta nativa para a implantação de colônias agrícolas. Registre-se, além disso, que, em contraste com as outras regiões do Paraná, não há, no noroeste do estado, terras indígenas demarcadas.

Em virtude disso, ressalte-se o fato de que alguns grupos familiares, como os filhos e netos de Maria Rosa ã, têm perambulado por terras indígenas Kaingang e/ou Guarani do Paraná, permanecendo por alguns anos e se mudando em seguida, como as terras indígenas Marrecas e Rio das Cobras, situadas respectivamente nos municípios de Turvo e de Nova Laranjeiras/Espigão Alto do Iguaçu. Hoje, os Xetá plantam e constroem casas nas áreas onde os caciques Kaingang e/ou Guarani permitem, necessitando de autorização para retirar da floresta os recursos de que necessitam no dia-a-dia e se sujeitando a regras e decisões exógenas. É este o caso também observado nas TIs São Jerônimo da Serra e Rio Areia.

No referido mapa, há indicação de que a bacia do rio Ivaí constitui o território tradicional do povo Xetá, o que significa, relativamente ao contexto de preconceito e tensão que manifesta a população não indígena local contra a presença dos índios Xetá na Serra dos Dourados, o reconhecimento oficial da reivindicação territorial do povo Xetá, objeto de luta dessas famílias deste da década de 1990.

A TI Herarekã Xetá é, portanto, parte do cenário geopolítico do estado do Paraná, realidade que adquire materialidade e legitimidade também em diferentes instâncias oficiais do Governo do Estado do Paraná.

Todos os Xetá, especificamente os mais velhos, como Tuca e Tikuein (já falecidos), mas também Kuein, Maria Rosa ã e Maria Rosa Tiguá, são detentores de conhecimentos sobre seus antepassados e sabem localizar seus parentes mortos e vivos. Eles traçam as relações de parentesco, regras de residência, as famílias extensas às quais todos pertencem e os espaços habitados pelo seu próprio grupo familiar e dos demais na TI Herarekã Xetá, identificando, pela memória, os diferentes pontos de ocupação tradicional Xetá, ao longo da margem esquerda do rio Ivaí.

Nesse sentido, **o eixo norteador para a delimitação da TI Herarekã Xetá representa a visão de território dos Xetá, determinada em parte pela regra de descendência, referência esta alimentada pelos Xetá mais velhos em relação à região de confluência dos córregos 215 e Tiradentes, considerando ser essa região onde se situavam aldeias grandes, onde alguns dos Xetá mais velhos foram iniciados à vida adulta, assim como pelo modo de ocupação reproduzido pelas gerações descendentes nos lugares onde vivem.**

Embora na atual circunstância os Xetá vivam em terras alheias pertencentes a outras etnias, em cidades ou áreas próximas a elas, **essa memória é comum a todos e permeia práticas culturais, no presente, tornando-se objeto de seus projetos de vida em coletividade.**

Além disso, os limites desta terra abrangem grande trecho de mata situada no interflúvio dos córregos 215 e Tiradentes até sua confluência, região onde habitava o grupo local 01, abarcando também dois de seus tributários e respectivos entornos e ambiente ecológico (fauna e flora), apontados por Kuein, Tuca e Tikuein, assim como por Maria Rosa ã e Maria Rosa Tiguá, e também pelos descendentes Xetá que moram em terras indígenas, como necessários para a sobrevivência física e cultural do grupo, para a prática de suas atividades produtivas e para seu bem estar em termos ambientais.

Em dezembro de 2001, durante os trabalhos do GT , Tikuein (José Luciano) ele esteve presente na região da confluência dos córregos 215 e Tiradentes, e teceu as seguintes considerações sobre o território e a territorialidade Xetá:

“(...) somos caçadores e coletores sem mata e sem terra, vivendo no lugar dos outros, de favor, sem poder continuar o nosso jeito de ser e ensinar as coisas do nosso lugar. A gente até tem caça nestes lugares onde moramos, mas é diferente do nosso lugar. Aqui é nosso, nós dominamos tudo, as histórias, nós conhecemos, isto aqui tudinho, com a palma da mão, mesmo sem mato, a gente conhece. Este 215, o Tiradentes, é nosso (...)” (José Luciano da Silva).

O vínculo dos Xetá com a Serra dos Dourados é marcado tanto pela memória desses lugares e de práticas tradicionais, mas também pela profunda relação entre essas famílias e os antepassados, situados pelos Xetá mais velhos na região de confluência dos córregos 215 e Tiradentes a partir da relação das relações parentesco e afinidade entre os Grupos Locais e as áreas por eles ocupadas.

Para o povo indígena Xetá, a reivindicação pelo reconhecimento do território exige que a terra indígena receba um nome que os situe entre os antepassados, pois só o nome dá condição de existência. As pessoas só existem se têm nome e este tem origem num dado contexto. Em outras palavras, o nome para os Xetá é cultural e histórico, enquanto tal, traz colado em si a história do povo indígena e de seus membros.¹³

Assim, a terra indígena dos Xetá tem o nome de *Herarekã*, o nome do avô paterno de Tikuein, também avô materno de Tuca e cunhado do pai de Kuein. *Haikumbay* (caçador de anta) é o seu nome descritivo. Ele era um chefe respeitado,

¹³ Ver Silva (2003).

abrir uma aldeia grande nas imediações da confluência do córrego 215 com o Tiradentes, local onde erguera um *apoeng awatxu*. O mesmo frequentou o lugar até o início da década de 1950, quando foi ameaçado pelas equipes das companhias de colonização e forçado a fugir, juntamente com outras famílias. Morreu num *tapêre* (rancho abandonado) situado numa aldeia nomeada por *uy'radjey óka* (lugar de árvore com flores amarelas), nas imediações de sua aldeia grande.

Como esse povo indígena foi denominado na literatura como Xetá, incluiu-se o etnonimo nome escolhido, por decisão dos próprios indígenas. Por meio do nome Herarekã Xetá, esse povo indígena interliga o passado e o presente, com grande chance de perpetuar, no futuro, sua territorialidade, que continuará sendo alimentada pelas novas gerações.

Os limites ora identificados são perfeitamente compatíveis com a memória dos Xetá, que o descrevem e reconhecem em toda a sua extensão. Registre-se que na região dos córregos 215 e Tiradentes é possível constatar vestígios da existência de espécies da fauna nativa, que constituem parte do universo cultural Xetá, como veado (*Mazama gouazoubira*), paca (*Cuniculus paca*), tatu (*Dasypus novemcinctus*), quati (*Nasua nasua*), cotia (*Dasypus azarae*), “mão pelada” ou guaxinim (*Procyon cancrivorus*), gato do mato (*Leopardus pardalis*), além de aves como guacho, papagaio e outros, ainda reúne recursos naturais necessários e suficientes para a reprodução física e cultural do povo Xetá, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Sexta Parte – Levantamento Fundiário

a) Histórico da ocupação não indígena

A TI Herarekã Xetá está situada no município de Ivaté, a aproximadamente 4 km a oeste do seu centro urbano, na região noroeste paranaense,¹ em que predomina a lavoura canavieira, havendo pastagens mecanizadas e remanescentes de lavoura de café, com a presença de pequenos cultivos, como banana e hortaliças.² A malha fundiária dessa região foi constituída durante o Governo de Moisés Lupion, ao longo de dois mandatos (1947-1951 e 1956-1961). Conforme já detalhado neste Relatório Circunstanciado, as cadeias dominiais dos imóveis dessa região tiveram início a partir do esbulho do território Xetá, quando grupos locais e famílias indígenas Xetá foram perseguidos e dizimados, processo que viabilizou o total loteamento e colonização da Serra dos Dourados e, de maneira mais ampla, do noroeste paranaense.

As vicissitudes desse processo histórico ao qual foram expostos os Xetá e as consequências trágicas do contato, somadas às vicissitudes do processo histórico de colonização do noroeste paranaense, que abarcou o povo Xetá e levou ao genocídio e à dispersão de famílias Xetá, impuseram a esses indígenas a condição de fugitivos e a de “mansos contatados”. No primeiro caso, o objetivo da fuga era a tentativa de manterem-se autônomos e resistentes à aproximação dos brancos, ao esbulho de suas terras e à perda de seus referenciais socioculturais; no segundo, o desejo de se manterem vivos e poderem continuar em seu habitat, que rapidamente vinha sendo reduzido e perdido para os colonizadores.

Em nenhum dos casos, os Xetá alcançaram seu intento, pois foram varridos de suas terras por meio da ação de companhias colonizadoras, incentivadas pelo governo do estado do Paraná, que, mesmo conhecedor de sua presença na área, nada fez para evitar o avanço do processo colonizador sobre seu território, com a conivência do SPI, a despeito das denúncias pela sociedade civil aos poderes públicos.

A Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO) foi o principal ator do projeto político governamental de colonização, o qual foi consolidado a partir do esbulho do território Xetá, mas também por meio de outras ações de agressão aos direitos originários dos povos indígenas, no estado do Paraná. A partir de 1940, com o loteamento do território indígena pela COBRINCO, iniciou-se, portanto, o

¹ O referido município, criado a partir do desmembramento do município de Umuarama, em 1993, com uma área de 411.563 km² (IPARDES, 2013).

² Processo FUNAI/BSB/2643/2009-49 – Levantamento fundiário, fls. 37.

aproveitamento econômico de recursos naturais existentes na região da Serra dos Dourados. Devido a região apresentar solos oriundos de derramamento basáltico (terra roxa), foi totalmente ocupada por roças e fazendas de café.

Sublinhe-se que em meados da década de 1940 deram-se os primeiros avistamentos de aldeias e famílias Xetá, por homens de equipes de medição de terras, na região da Serra dos Dourados. Em 1952, foi registrado o primeiro encontro pacífico entre um grupo familiar Xetá e trabalhadores da Fazenda Santa Rosa, implantada à margem esquerda do Rio Indovaí, afluente do Ivaí, também território indígena Xetá. Já na década de 1960, após o total loteamento da margem esquerda do Rio Indovaí e dos córregos 215 e Tiradentes, território indígena Xetá, ainda havia notícias esparsas sobre índios perambulando por fazendas.

As ações das companhias que atuavam na colonização do noroeste paranaense ocorriam de forma deliberada, em atenção aos benefícios e apoio governamental. O ambiente era propício tanto para os agentes da COBRIMCO, como da Suemitsu Miyamura Companhia Colonizadora Ltda., responsável também pela vinda de imigrantes japoneses para a região, assim como para outros atores desse contexto, entre moradores e “jagunços” das fazendas que incidiam sobre o território indígena Xetá.

Diante da certeza da impunidade, deram-se massacres de grupos familiares Xetá inteiros, queima de aldeias, envenenamentos, violência sexual praticada contra mulheres e meninas indígenas pelos trabalhadores das fazendas e trabalhadores das companhias. A esses crimes, some-se o roubo de crianças, o transporte de membros do grupo sobre caminhões para abandoná-los a própria sorte em locais por eles desconhecidos.

Não obstante inúmeras cartas e ofícios terem sido emitidas, denunciado o esbulho e o genocídio Xetá, nem Governo, nem o órgão indigenista responsável adotaram qualquer medida coercitiva ou punitiva para proteger esse povo indígena. A omissão, a inoperância e o descaso de ambos possibilitaram tais atos criminosos, ao mesmo tempo em que o território era esbulhado e ocupado a despeito dos grupos familiares Xetá que ainda buscavam manter o contato com suas aldeias e parentes.

As consequências do esbulho do território indígena foram drásticas para o povo Xetá. Sem qualquer proteção ao seu território e à sua integridade física e cultural, ele foi dispersados, à revelia, as famílias foram desfeitas e os sobreviventes foram distribuídos entre os colonizadores e transplantados para outras áreas indígenas do estado do Paraná. O SPI contribuiu diretamente para a dispersão dessas famílias indígenas, ao removê-las forçadamente de dentro de seu território para outras áreas indígenas Kaingang e

Guarani, situadas a leste, centro e sul estado paranaense. Por conta desta situação, os Xetá foram levados a viver como agregados em outras áreas indígenas, ou como inquilinos em grandes e pequenas cidades, no estado do Paraná e fora dele.

Conforme já foi detalhado anteriormente, em 1961, dois Xetá adultos, Nhengo e Mã, este último acompanhado de seu filho, ainda criança, Tikuein (cujos descendentes vivem atualmente na TI São Jerônimo), foram retirados de seu território indígena, que sofria processo de loteamento e ocupação, e levados para a Terra Indígena Pinhalzinho, de ocupação tradicional Guarani, situada no município de Tomazina/PR, a leste do estado paranaense, na região da bacia do Rio Tibagi.

Em 1963, Arigã e sua esposa, com seu filho ainda criança, Tiquêin (cujos descendentes moram atualmente em Guarapuava e na região metropolitana de Curitiba), foram transplantados para o PIN Kaingang de Guarapuava. A filha de Arigã com sua primeira esposa, Tigua "Ana Maria" (cujos descendentes moram com ela em São Bernardo do Campo, estado de São Paulo), foi roubada para ser criada pela filha de Lustosa de Freitas, que então já tinha em sua companhia Geraldo "Tikuein Ueió" (filho de Mã) e Maria Rosa "Tigua Iradjo".

Ainda no mesmo ano, tem-se notícia de um grupo Xetá isolado, em fuga, no interior das porções de floresta na Serra dos Dourados. Registros informam que os mesmos eram vistos, nus, levando caça, nas imediações da cidade de Umuarama. Em fevereiro de 1964, veio a falecer Adjatukã, o filho mais jovem do chefe daquele grupo que ocupava o limite norte da TI Herarekã Xetá. Sua esposa ainda viveu com os dois filhos no interior da mata durante algum tempo, mas, posteriormente, ela desapareceu, morrendo, em 1966, em hospital de Umuarama.

Após o total loteamento do território Xetá, os filhos de Adjatukã retornaram a ele como trabalhadores na Fazenda São Francisco, situada na confluência entre os córregos 215 e Tiradentes, imóvel que incide sobre a TI Herarekã Xetá.

O território Xetá foi completamente loteado e ocupado por famílias não indígenas, no curto período entre as décadas de 1940 e 1960, de modo violento, sem que tenha havido a possibilidade de retorno dessas famílias ao seu território. Conforme detalhado na Primeira Parte desse Relatório Circunstanciado, grande número de cartas e ofícios, emitidos majoritariamente pela Universidade Federal do Paraná ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e à Comissão Nacional de Política Indígena (CNPI), bem como ao governo do estado do Paraná, informam sobre o processo de extermínio indígena, causado pela rápida colonização da Serra dos Dourados.

O esbulho do território Xetá ocorreu durante o período que abrange o mandato do governador paranaense Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961). De 1947 a 1951, a colonização na Serra dos Dourados foi levada majoritariamente pela Suemitsu Miyamura Companhia Colonizadora Ltda. Já de 1956 a 1961, ela foi consolidada pela COBRIMCO.

De acordo com registros do Arquivo Público do Estado do Paraná e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências,³ durante os dois mandatos de Lupion foi emitido o maior número de títulos de terra no Paraná em todo o período republicano, somando, no primeiro mandato, 9.564 títulos e, no segundo, 26.084 títulos.

O alinhamento político do Governo Lupion pode ser bem caracterizado por meio do ato governamental de 1949, pelo qual **o Estado do Paraná celebrou acordo com a União, transformando áreas de terras destinadas à ocupação indígena em terras devolutas, para fins de colonização e fixação de migrantes.** Deste modo, foram reduzidas terras indígenas Kaingang (Apucarana, Queimadas, Faxinal) e Guarani (Rio das Cobras, Ivaí e Mangueirinha), de um total de 115.702 ha para 26.630 ha.

Conforme cláusula terceira do termo de acordo entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Paraná, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, de 18 de maio de 1949, os imóveis destinados à colonização foram dimensionados com *“área de 100 hectares para cada família de cinco pessoas e mais 500 hectares para localização do Posto Indígena e suas dependências (...)”* (Anexo 11).

Outras ações caracterizam a atuação do governo do estado do Paraná e demonstram que o processo de loteamento e colonização, realizado ao longo da primeira metade do século XX e, especificamente, durante o mandato de Lupion, tornou-se uma arena de disputas não só políticas, mas também econômicas, marcadas pelo interesse maior no favorecimento e enriquecimento de grupos a partir da venda de títulos de terras.

³ Ver <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf> (acesso em 08/11/12).

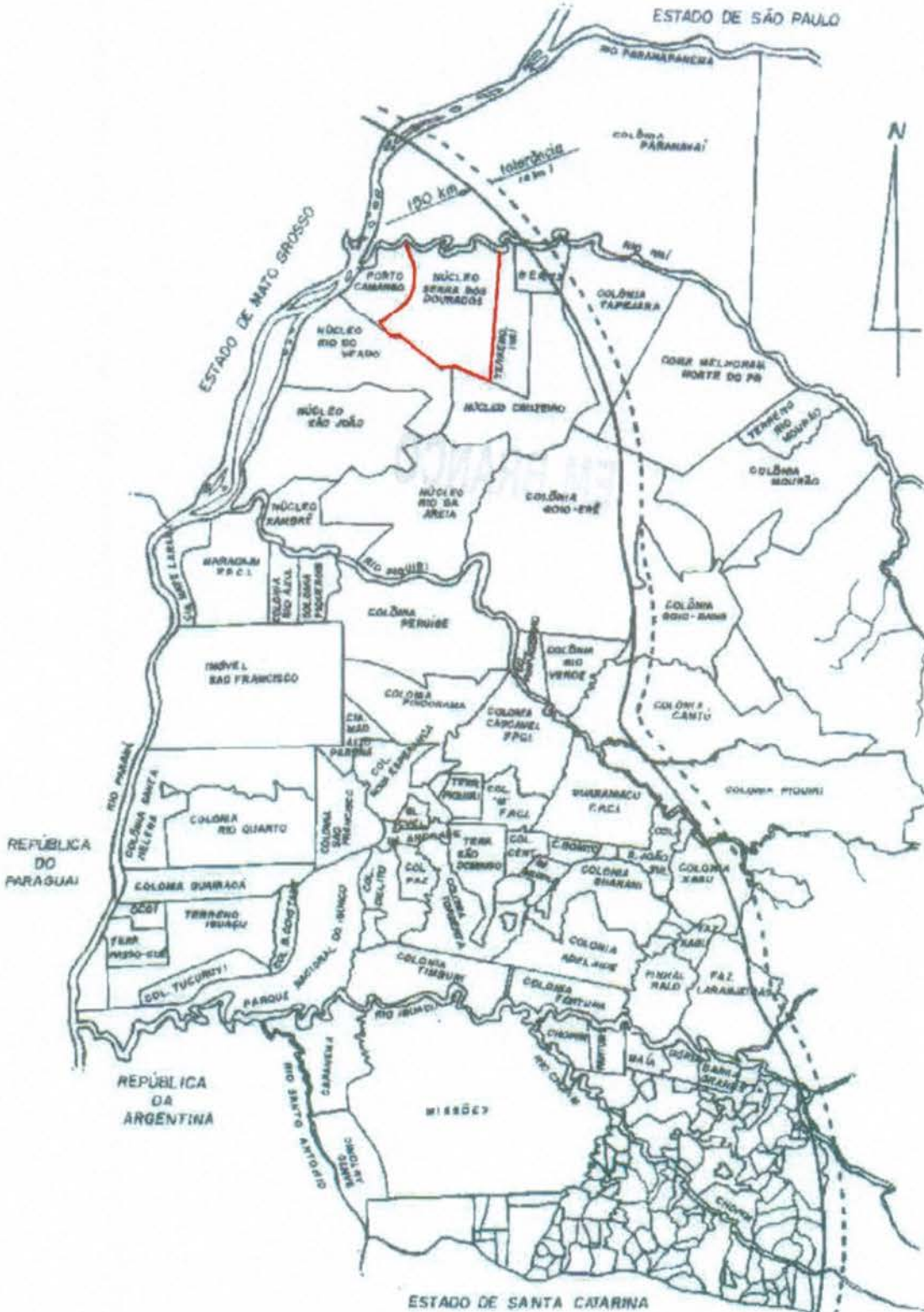
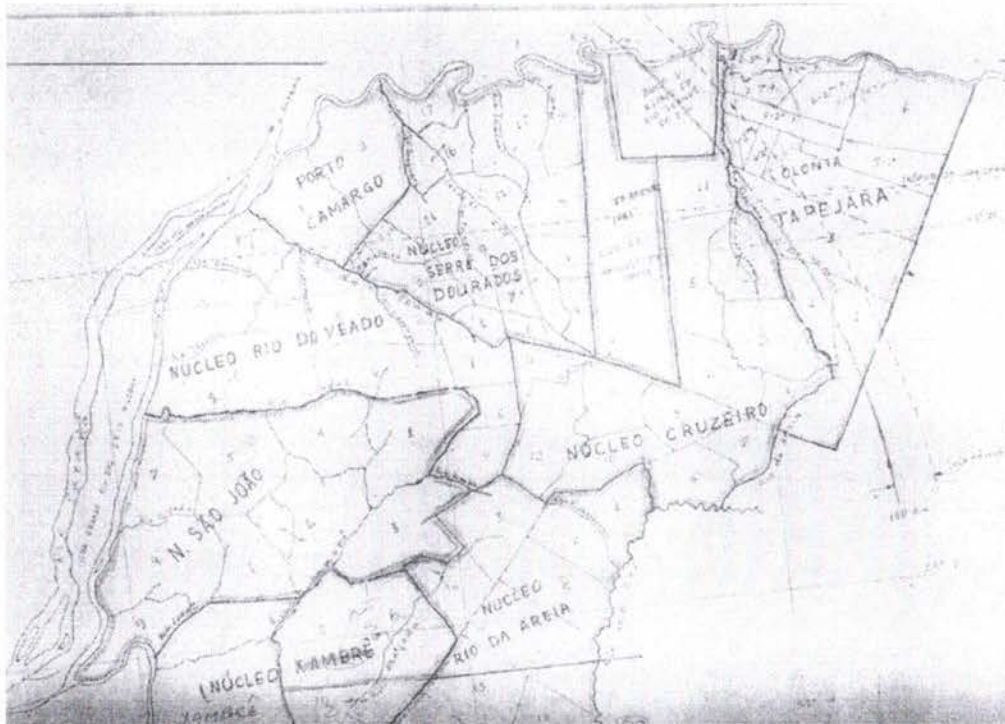


FIGURA 22: Loteamentos na Faixa de Fronteira, estado do Paraná.
Fonte: Myskiw (2002, p. 145)

Tal situação se exemplifica com a inserção da Companhia Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA), criada por Lupion e grupo de empresários, em 1950, a qual

foi responsável pela colonização de região situada no sudoeste paranaense. A CITLA atuou vendendo contratos de compra e venda de títulos em glebas, contudo, destacou-se nesse contexto em função de venda de glebas que incidiam sobre outras já tituladas e em litígio, as glebas Missões e Chopim, situadas no sudoeste paranaense, fato que gerou graves conflitos fundiários e levou à intervenção federal no estado, durante do Governo Lupion (Myskiw, 2002).

Acrescente-se que a partir da atuação das companhias de colonização, com a ocupação de não indígenas e o início da exploração econômica da terra por meio da cafeicultura, iniciou-se grave processo de degradação ambiental provocado, especialmente, pelo desmatamento massivo de florestas nativas. Tal medida dificultou, inclusive, a ocupação de colonos, a tal ponto que as roças de subsistências e de café sofriam igualmente esse impacto: “(...) *naquela época, era aquela ilusão só pra café, não queria saber. Se fosse pra plantar roças, derrubava ali um alqueire ou dois pra plantar milho, feijão essas coisas, mas não ia derrubar muito. Mas como era mais café, tinha 10, 20 alqueires, mandava derrubar tudo*” (PARISE, apud HARACENKO, 2007, p. 86 – texto adaptado).



MAPA 12: Núcleo Serra dos Dourados e outros, margem esquerda do Rio Ivaí.
Fonte: Relatório Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC, 1966).

Relativamente ao loteamento da Serra dos Dourados, sublinhe-se que, a partir de pesquisa feita nos cartórios das Comarcas de Peabiru, Umuarama, Ivaté e Cruzeiro do

Oeste, quando foram levantados todos os títulos primários referentes às Glebas 07 e 09 do conjunto de glebas da Colônia Serra dos Dourados, os primeiros lotes que incidiram sobre o território Xetá foram protocolados entre 1945-1949 e 1950-1952 (Figura 5). Tendo em vista que os títulos somente foram concedidos em 1955 e 1956, nesse intervalo, muitos titulares desistiram da posse em benefício da COBRIMCO, que procedeu a novo loteamento das terras.

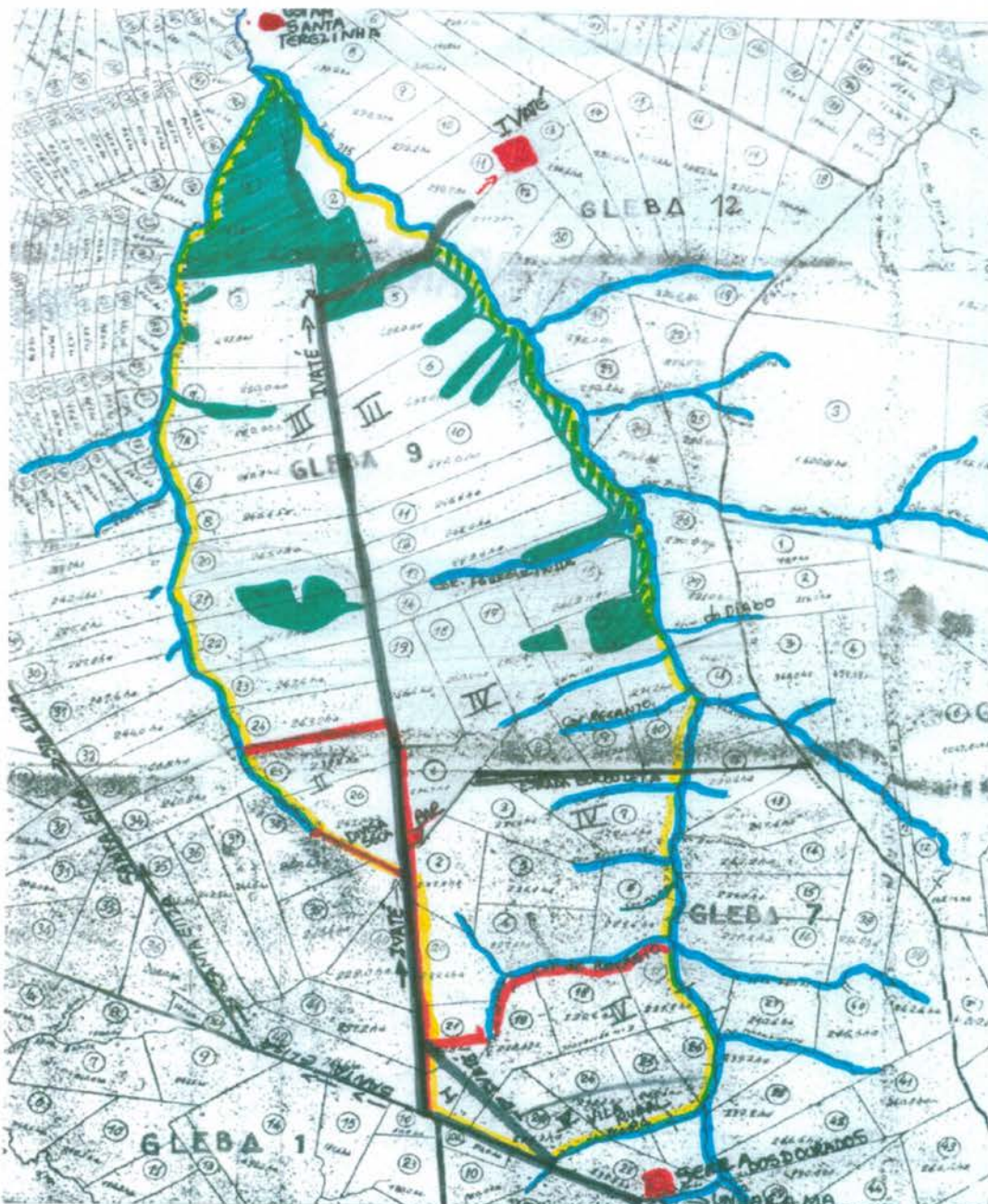


FIGURA 23: Planta conjunto Glebas da Colônia Serra dos Dourados, com destaque para os córregos 215 e Tiradentes, cidade de Ivaté e a Usina Santa Teresinha.

b) Caracterização do uso do solo e exploração econômica

A análise histórica do uso do solo e das transformações ocorridas na paisagem do noroeste do Paraná, durante o século XX, bem como suas implicações socioambientais, demonstra que, a partir do loteamento da Serra dos Dourados, iniciado na década de 1940, a intensa exploração do solo pelas lavouras de café e, na sequência, pastagens e lavouras mecanizadas de soja, trigo e milho, seguido do cultivo da cana-de-açúcar, levou a grave degradação ambiental nessa região. A ocupação e a exploração dos imóveis rurais, que se consolidou com o esbulho do território Xetá, transformaram-se rapidamente, no intervalo de aproximadamente duas décadas. A partir de 1975, as áreas de cultivo se ampliaram, dada a concentração fundiária por grandes proprietários rurais e a incorporação de novas tecnologias agrícolas.

A partir da segunda metade do século XX, os próprios pequenos agricultores que lá se instalaram foram expulsos do campo, o que se reflete nos números relativos à existência de pequenas e médias propriedades rurais. A propósito disso, sublinhe-se que o modo como se deu o loteamento de glebas, no oeste do Paraná, incorreu no desmatamento indevido de grandes áreas de mata, levando à completa desfiguração do território Xetá, ao mesmo tempo em que dificultou a própria fixação de colonos.

No período entre 1970 e 1996, os estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuíram em 38.954 unidades e, ainda, os estabelecimentos de 10 a 20 hectares, em 14.418 unidades. Relativamente à variação do número de estabelecimento agrícolas, no referido período, a queda no noroeste paranaense foi de 85.410 para 30.941 unidades, enquanto que a área total ocupada por esses estabelecimentos cresceu de 1.895.674 hectares em 1970 para 2.208.698 hectares em 1996 (SERRA, 2010).

Entre as consequências disso, que se estendem até o momento atual, destacam-se:

- Orientação paulatina da produção agrícola para o suprimento da demanda interna de açúcar e álcool automotivo, estimulando a implantação de usinas sucroalcooleiras na região;
- A ampliação das áreas de cultivo, culminando na concentração de mais terras sob o domínio de menor número de produtores;
- Mecanização agrícola e diminuição da oferta de trabalho;
- Aumento do custo de produção, mediante práticas agrícolas ambientalmente agressivas, que dependem de altos investimentos em maquinário e insumos;

- Intensificação do uso do solo numa região altamente suscetível a processos erosivos;
- Êxodo de pequenos proprietários rurais, que, diante da impossibilidade de arcar com os custos da produção de cana-de-açúcar, passam a arrendar suas terras para as usinas, fixando residência nos espaços urbanos.

No noroeste do Paraná, região responsável por 44% da produção de álcool deste estado, existem 14 usinas de álcool, todas implantadas depois dos anos 1980, ocupando pelo menos 190.068 hectares (SERRA, 2010). A usina situada próxima à terra indígena faz parte do conglomerado empresarial Santa Terezinha Ltda, com sede em Maringá, que atualmente conta com 12 usinas de álcool, a maioria situada nessa região do estado.

O domínio da paisagem por canaviais e o esvaziamento do campo, com o aumento da concentração fundiária, adquiriram maior dimensão com o comprometimento das pequenas propriedades (instaladas sobre o território tradicional Xetá) e do segmento econômico que dependia da produção em pequena escala de gêneros alimentícios (IDEM). Apenas nos municípios de Ivaté e de Umuarama, a referida empresa arrenda cerca de 20.000 hectares de terras.

c) Ocupações não indígenas

Conforme os dados coligidos a partir do levantamento fundiário da TI Herareka Xetá, realizado em duas etapas, em 2003 e 2009, somente o imóvel Fazenda São Francisco incide sobre a TI Herarekã Xetá e abrange grande área de reserva florestal remanescente do território Xetá; o imóvel, com superfície de 3.836 ha, adquirido em 1967 do Sr. Amador Aguiar e outros pela Santa Maria Agropecuária Industrial S/A, foi loteado originalmente como Gleba 9 da Colônia Serra dos Dourados, representando uma fração desse contexto mais amplo de exploração do campo por grandes investidores.

A citação deste imóvel não se faz em prejuízo de outros eventuais interessados em oferecer contestação ao presente procedimento. Ressalte-se que o levantamento detalhado das benfeitorias, com vistas ao pagamento de indenizações na forma da lei, será realizado após a expedição da Portaria Declaratória de limites da TI Herarekã Xetá.



MAPA 13: Detalhe do Mapa Municipal Estatístico, Censo de Ivaté, com indicação de ocupações e imóveis. Fonte: IBGE, 2010.

A certidão de inteiro teor referente ao imóvel de matrícula nº. 6568 (Processo FUNAI/BSB/2643/09, fls. 250), indica que a denominada Fazenda São Francisco é constituída pelos lotes nº. 141 da Gleba nº. 11, da Colônia Serra dos Dourados, nº. 8-A, destacado do nº. 8, da Gleba nº. 9, da Colônia Serra dos Dourados, e nº. 7, 7-A, 4, 1, 2, 3, 5, 6 e 10, do Núcleo Serra dos Dourados, com uma área total de 3.836,80 hectares. Ainda conforme o documento, o imóvel contém em seu todo as seguintes benfeitorias: “847 hectares formados em pasto e 2.989,80 hectares em matas primárias e dispõe a Fazenda de 1 casa para administrador de madeira, 6 casas para colonos também de madeira, paiol, curral, barragem com usina hidroelétrica para 70 KVA, 6.000 metros e rede de alta tensão, 2 silos metálicos fixos, cerca interna dividindo 7 invernadas, com 4 fios de arame, prédio com alicerces para instalação fixa de serraria”.



FOTO 95: Usina sucroalcooleira Santa Terezinha e o limite Norte da TI Herarekã Xetá.

Sobre a reserva legal da fazenda, vale mencionar que se trata de mata secundária, com presença de espécies nativas de uso tradicional dos índios Xetá. Registre-se que os impactos ambientais mais graves que atingem diretamente a TI Herarekã Xetá estão relacionados ao cultivo de cana-de-açúcar pela Usina Santa Terezinha, que ocupa 20% ou 361 hectares da extensão da TI Herarekã Xetá, além de áreas adjacentes. Esta usina possui uma unidade de produção no Km 08 da rodovia PR-182, em Ivaté (pouco abaixo da foz do ribeirão Tiradentes no córrego Duzentos e Quinze, na direção nordeste) e sua capacidade local de processamento é de 9.600 toneladas de cana-de-açúcar por dia. Além disto, a usina despeja seus resíduos em curso d'água afluente do córrego Duzentos e Quinze, muito próximo ao limite Norte da terra indígena (Figura 39).

Sétima Parte – Conclusão e Delimitação

a) Conclusões e delimitação, contendo a proposta de limites da área demarcada

A TI Herarekã Xetá, com superfície de aproximadamente 2.686 hectares e perímetro aproximado de 22 km, atende às condições necessárias para a reprodução física e cultural do povo Xetá, de acordo com seus usos, costumes e tradições. A presente proposta de limites encontra fundamento em elementos objetivos de natureza etno-histórica, antropológica, documental, ambiental e cartográfica, reunidos por equipe técnica qualificada, bem como na análise criteriosa dos autos dos Processos FUNAI/BSB/3478/1999 – Identificação e Delimitação da TI Herarekã Xetá e FUNAI/BSB/2643/2009 – Levantamento Fundiário.

Conforme detalhado ao longo do Relatório Circunstanciado, especialmente diante dos registros de Borba (1898; 1904), Nimuendaju (1987), Noelli (1999), Chmyz (2001) e Mercer (1978), ficou demonstrado que a extensão do território Xetá alcançava desde a região do Salto do Ariranha, no Rio Ivaí, até a foz deste rio, no Rio Paraná, remontando a aproximadamente 120 anos de ocupação da Serra dos Dourados, interrompida entre as décadas de 1940 e 1950 pelo processo de colonização do noroeste paranaense, consolidado por meio do esbulho do território Xetá.

O presente procedimento de identificação e delimitação foi determinado por Portaria da Presidência da FUNAI, contando com a anuência expressa dos índios Xetá em relação à proposta de limites.

A TI Herarekã Xetá apresenta as condições ambientais necessárias às atividades produtivas realizadas pelo povo, com área de mata e recursos naturais para caça e coleta, bem como áreas antropizadas, que oferecem condições para a formação de roças de subsistência e construção de casas, o que a torna uma área adequada para a sobrevivência do grupo de acordo com o artigo 231 da Constituição Federal de 1988,

O reconhecimento dos direitos territoriais indígena, por meio da identificação e delimitação da TI Herarekã Xetá, não causa impacto econômico direto sobre o abastecimento do mercado local de alimentos, mas sobre aproximadamente 433 hectares de terra explorados por uma das unidades produtivas da Usina Santa Terezinha, por meio do cultivo da cana de açúcar.



FIGURA 24. TI Herarekã Xetá, indicada no mapa em verde. Delimitada a Leste pelo córrego Duzentos e Quinze, em seu trecho médio; a Sul por estradas vicinais; a Oeste pelo ribeirão Tiradentes e ao Norte pela foz do ribeirão Tiradentes no córrego Duzentos e Quinze. Área total aproximada: 2.686 hectares.

Ressalte-se que na parte nordeste da TI Herarekã Xetá, junto ao Córrego 215, situa-se uma faixa de 72 hectares de terra em estágio avançado de degradação, devido à exploração ininterrupta da terra. A área com terras cultiváveis, situada a sudoeste da área delimitada, abrange sangas em bom estado de conservação ambiental, não obstante o intenso cultivo da cana em toda sua extensão.

O restante da terra indígena encontra-se conservado e oferece condições para a proteção e manutenção dos mananciais e estoques de recursos naturais necessários ao bem-estar social e à reprodução física e cultural do povo Xetá, indispensáveis ao seu reagrupamento, incluindo áreas de caça, de coleta e nascentes bem preservadas, além de representar um serviço ambiental de grande importância para o estado do Paraná, na medida em que se soma aos escassos remanescentes de mata nativa do estado.

b) Subsídios para o Plano de Bem-Estar e Garantia da Posse Plena Indígena na Terra Indígena Herarekã Xetá/PR

O reagrupamento dos Xetá na terra indígena em estudo exigirá o estabelecimento de linhas de ação multidisciplinares e interinstitucionais complementares, coordenadas pela FUNAI e balizadas pelo diálogo contínuo com as

lideranças indígenas, com envolvimento do Ministério Público Federal, dos governos federal, estadual e municipal, assim como de outros agentes do estado e da sociedade civil, com o objetivo de elaborar e implementar um Plano de Bem-Estar e Garantia da Posse Plena Indígena (Anexo 42).

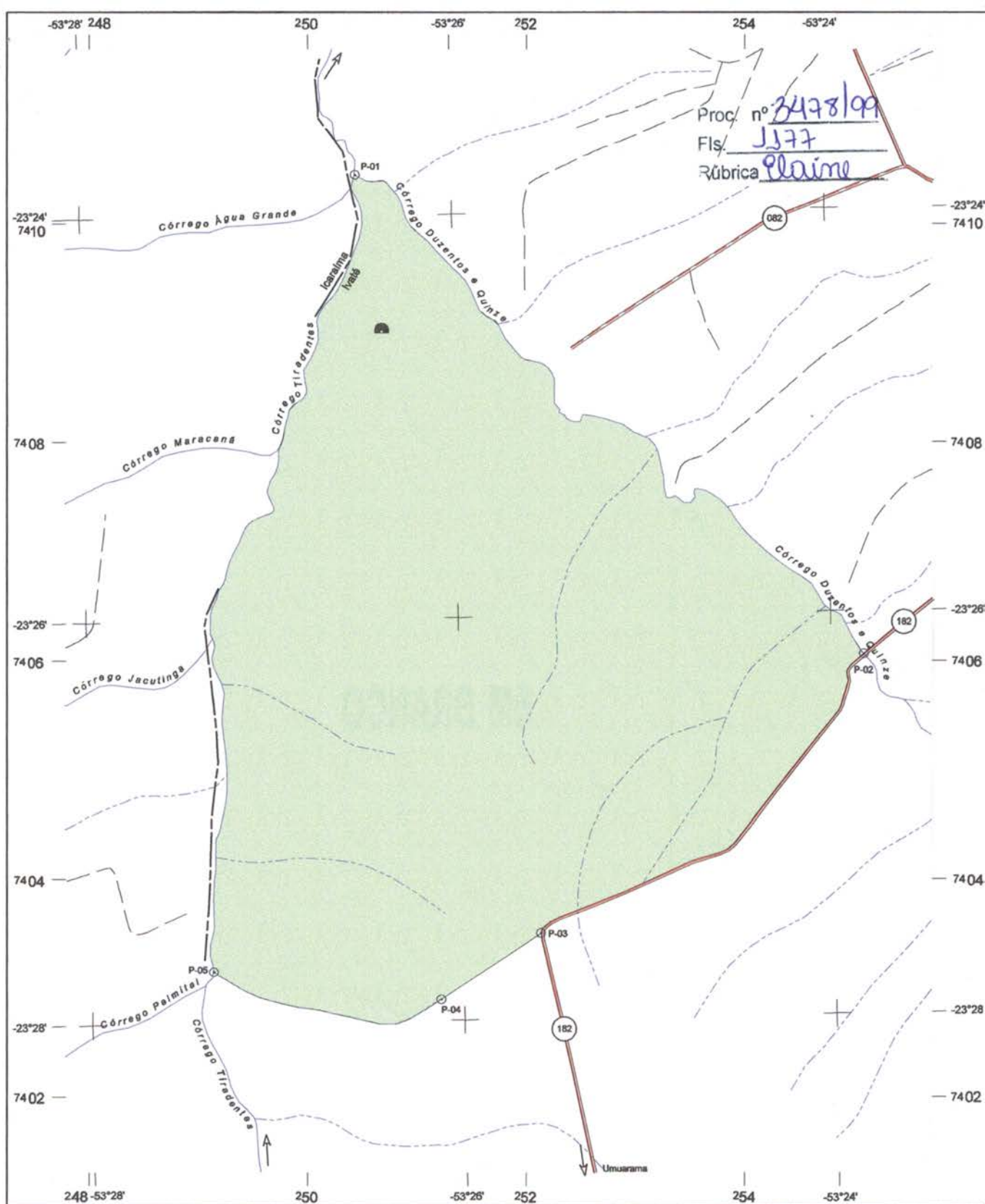
Ressaltamos que o sucesso do retorno dos Xetá à sua terra originária é perfeitamente viável, mas está condicionado ao apoio técnico e logístico, articulado em âmbito interinstitucional, à implementação do plano estratégico sob coordenação da FUNAI, com vistas a respeitar efetivamente os direitos constitucionais do povo Xetá.

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Carmen Lucia
CARMEN LUCIA DA SILVA

Antropóloga coordenadora do GT de identificação e delimitação
da TI Herarekã Xetá (Portaria nº. 1230/PRES/2000)

EM BRANCO



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA - CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA ANTIGA
- CAÇA - PESCA
- COLETA - SERINGAL
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA NÃO PAV. PERMANENTE
- RODOVIA NÃO PAV. PERIÓDICA - CAMINHO
- RIO PERMANENTE - RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA - TERRENO SUJEITO À INUNDAÇÃO
- PONTO DIGITALIZADO - DIREÇÃO DE CORRENTE
- LIMITE MUNICIPAL

 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA HERAREKÃ XETÁ		MAPA: DELIMITAÇÃO	
MUNICÍPIO: IVATÊ		SUPERFÍCIE APROXIMADA: 2.686 ha	PERÍMETRO APROXIMADO: 22 km
ESTADO: PARANÁ		ESCALA: 1:50.000	DATA: 25/11/2013
CR: INTERIOR SUL		PROCESSO: 8620/3478-99	BASE CARTOGRÁFICA: SF. 22-Y-C-II SF. 22-Y-C-V
RESP. TÊC. DEFINIÇÃO LIMITES:  CARMEM LUCIA DA SILVA ANTROPÓLOGA / CONSULTORA		RESP. TÊC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES:  FLAVIO LUIZ ADORNI ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA/PR Nº 58.323/O	
VISTO COORDENADOR DA CGGeo:  JOSE ANTONIO DE SA ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA/PR Nº 15.455/O		PORTARIA Nº: 1230/PRES/200D	



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. nº 3478/99
Fls. 1178
Rúbrica Elaine

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
COORDENAÇÃO GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGGEO

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Imóvel : **TERRA INDÍGENA HERAREKÃ XETÁ**
Grupo Indígena : **Xetá**
Município : **Ivaté**
Unidade Federativa : **Paraná**
CR da FUNAI : **Interior Sul**
Superfície : **2.686 ha (dois mil, seiscentos e oitenta e seis hectares), aproximadamente.**
Perímetro : **22 km (vinte e dois quilômetros), aproximadamente.**

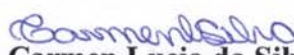
DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Partindo do **Ponto P-01**, de coordenadas geográficas aproximadas 23°23'48,3"S e 53°26'31,0"Wgr, localizado na confluência do Córrego Tiradentes com o Córrego Duzentos e Quinze; daí, segue por este último, a montante, pela margem esquerda até o **Ponto P-02** de coordenadas geográficas aproximadas 23°26'13,1"S e 53°23'49,4"Wgr, localizado no cruzamento da margem esquerda do córrego Duzentos e Quinze com a estrada Estadual PR-182; daí, segue pela faixa de domínio direita, sentido Umuarama – PR, até o **Ponto P-03** de coordenadas geográficas aproximadas 23°27'34,6"S e 53°25'35,0"Wgr, localizado na faixa de domínio direita da estrada Estadual PR-182, sentido Umuarama; daí, segue por linha reta até o **Ponto P-04** de coordenadas geográficas aproximadas 23°27'54,0"S e 53°26'07,5"Wgr, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo referido igarapé, pela margem direita, a jusante, até o **Ponto P-05** de coordenadas geográficas aproximadas 23°27'44,8"S e 53°27'20,7"Wgr, localizado na confluência com o córrego Tiradentes; daí, segue pelo referido córrego, a jusante, pela margem direita o **Ponto P-01**, início da descrição deste perímetro.

OBS: 1- As coordenadas geográficas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Sirgas 2000.
2- Base cartográfica utilizada para elaboração deste mapa: SF.22-Y-C-II e SF.22-Y-C-V.

Brasília, 26 de novembro de 2013.

Resp. Téc. Definição Limites


Carmen Lucia da Silva
Antropóloga/Consultora

Resp. Téc. Identificação Limites


Flávio Luiz Gorni
Engº Agrimensor
Crea nº 58.323/D-SP

Visto: Coord. Geral da CGGEO


José Antonio de Sá
Eng. Cartógrafo
CREA-PR nº 15.455/D

Referências

I - Fontes Sobre o Paraná

BALHANA, Altiva Pilatti; BRASIL, Pinheiro Machado; WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, p. 1-52, 1968.

_____.; _____.; _____. **História do Paraná**. Curitiba : GRAFIPAR, 1969, v.1.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O Problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.3, p. 335-384, jul./set. 1953.

BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil meridional** : Província do Paraná. Rio de Janeiro : J. Olympio, 1974. Coleção Documentos Brasileiros, v.162

BORBA, Telêmaco M. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, Vol. VII, p. 53-62, 1904.

_____. **Actualidade indígena** : breves notícias sobre os índios Caingangues, conhecidos pela denominação de Coroados, habitam no território compreendido entre os rios Tibagi e Uruguai. Paraná : Paranaense, 1908.

BORBA, Nestor. Excursão ao Salto Guayra ou Sete Quedas pelo capitão Nestor Borba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXI, v.97, p. 65-74, 1898.

CANCIAN, Nadir A. **Cafeicultura paranaense** : 1900-1970. Curitiba : GRAFIPAR, 1981.

CARDOSO, Jaime Antônio; Westphalen, Cecília Maria. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba : Projeto, 1981.

CAVASO, Frei Emílio da. Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná-Brasil. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**, Curitiba, n. XXXVII, 1980.

COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de colonização oficial, aplicados a partir da década de 1930 em zonas pioneiras e de povoamento, no Estado do Paraná. Separata de: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (8., Aracaju, set. 1975), **Anais**, São Paulo, p. 817-841, 1976.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO. **Exploração da região noroeste do Estado do Paraná, entre os rios Ivay, Paraná, Paranapanema e Tibagy**. Curitiba, 1933.

ELLIOT, John Henrique. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy e sertões

adjacentes, compreendida por ordem do Exmo. Barão de Antonina. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v.10, p. 17-42, 1869.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá : Memória Brasileira, 1996.

FIDALSKI, Jonez, 1997. **Fertilidade do solo sob pastagens, lavouras anuais e permanentes na região noroeste do Paraná**. Revista UNIMAR 19(3):853-861.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha & Guran, Milton, 2010. **Primeiros Contatos: Atrações e Pacificações do SPI**. Ed. Museu do Índio, 96 pp.

GUÉRIOS, Rosário F. Mansur. **Dicionários das tribos e línguas indígenas da América meridional**. Curitiba : J. Haupt, 1948. Museu Paranaense, Tomo IA.

_____. Síntese histórica do contato entre índios e brancos no Paraná. **Estudos Brasileiros**, Curitiba, n.4, p. 267-272, dez. 1977.

HARACENKO, Adélia Aparecida de Souza. 2007. **O processo de transformação do território no noroeste do Paraná e a construção de novas territorialidades camponesas**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH/USP.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2008. **Manual de Rastros da Fauna Paranaense**. Disponível em: <http://www.redeprofauna.pr.gov.br>. <Acesso em 25/07/2013>.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS DO PARANÁ, 2012. **Relatório de cálculo de área dos municípios do estado do Paraná**. Disponível em www.itcg.pr.gov.br. <Acesso em 25/07/2013>.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1978. Primeira Parte : transformações no setor agrícola paranaense do período 60/75, em **O trabalho rural volante no estado do Paraná. Volume I**. Curitiba, 1978. Disponível em: www.ipardes.gov.br/webasis.docs/trabalho_rural_volante_15_78_v1.pdf <Acesso em 05/08/2013>.

KELLER, José; KELLER, Francisco. **Exploração do rio Ivaí**. Extrato de relatório apresentado à assembléia legislativa da Província do Paraná, na 1ª sessão da 8ª legislatura pelo Presidente Dr. André Augusto de Padua Fleury, [s.l.], 15 fev. 1866.

LOREIRO, Wilson, 2013. **O ICMS Ecológico na Biodiversidade – Experiências de Brasil**. Instituto Ambiental do Paraná. Disponível em http://www.icmsecológico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=58&Itemid=68. <Acesso em 30/07/2013>.

LOVATO, Leda. A Contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. **Boletim do Museu do Índio**, Rio de Janeiro, n.1, nov. 1974.

MAACK, Reinhard. Algumas observações a respeito da existência do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná. **Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v.1, p. 107-129, jun. 1941.

MERCER, Luiz Leopoldo. **Edmundo Alberto Mercer** : Toca Mercer, um livro só para nós. Edição comemorativa do seu primeiro Centenário, [Curitiba] : [s.n.], out. 1978.

MICHAELE, Faris Antonio S. Presença do índio no Paraná. In: EL-KHATIB, Faissal (org.). **História do Paraná**. Curitiba : GRAFIPAR, 1969, v.3, p.13-69.

MYSKIW, Antônio Marcos, 2002. **Colonos, posseiros e grileiros**. Conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em História – UFF/UNIOESTE.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte do Paraná. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v.3, n.25, p. 11-17, abr. 1945.

MONTOYA, Antônio Ruiz de Montoya. **A Conquista espiritual** : feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. 1.ed. bras. Porto Alegre : Martin Livreiro, 1985.

MOTA, Lúcio Tadeu. A Construção do vazio demográfico : uma forma de ocultar os conflitos indígenas no Paraná. In: _____. **As Guerras dos índios Kaingang** : a história épica dos índios Kaingang no Paraná : 1769-1924. Maringá : EDUEM, 1994, p. 9-59.

_____. A Presença indígena no Paraná. In: _____. **As Guerras dos índios Kaingang** : a história épica dos índios Kaingang no Paraná : 1769-1924. Maringá : EDUEM, 1994, p. 63-89.

MULLER, Nice Lecoq. Contribuições ao estudo do norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.22, p. 55-97, 1956.

MURICY, **Viagem ao país dos jesuítas**. Curitiba : Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.

PARANÁ. **Relatório de exploração do Ivay, Paraná e Barras do Invinhema por José e Francisco Keller** : aldeamento do Paranapanema. Extrato de relatório encaminhado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 22 de julho de 1865. [Curitiba] : [s.n.], 1866.

PARANÁ. Departamento de Geografia Terras e Colonização. **Mapa do Paraná**. Curitiba : Paranaense, 1953.

PARANÁ. **Relatório apresentado pelo Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, referente aos trabalhos de colonização**. [Curitiba], 1954.

PARANÁ. Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná. **Entre os rios Ivay, Paraná, Paranapanema e Tibagy** : dados diversos divulgados pelo Departamento de Terras do Estado do Paraná, em 1933. Curitiba, 1933.

PARANÁ. Biblioteca Pública do Paraná. **Governantes do Paraná de 1853-1983**. Curitiba, 1985.

PARANÁ. **Sete Quedas**. Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1987.

PRIMACK, Richard B. & Rodrigues, Efraim, 2001. **Biologia da Conservação**. Editora Planta, Londrina-PR.

SÁ, Karina Lane V.R., 2004. **A flórmula vascular da reserva indígena São Jerônimo, São Jerônimo da Serra – Paraná: subsídios para conservação da vegetação**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, SP.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos; ZARONI, Maria José & ALMEIDA, Eliane de Paula Clemente. **Argissolos vermelhos**. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONT000gmziudsg02wx5ok0liq1mqdz33gbr.html#. <Acesso em 25/07/2013> .

SEMA, 2013. **Bacias Hidrográficas do Paraná – Série Histórica**. Curitiba-PR. 2ª edição.

SERRA, Elpídio, 2010. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto, em **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 9, p. 89-111.

WACHOWICZ, Ruy C. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba : Vicentina, 1987.

_____. **História do Paraná**. Curitiba : Vicentina, 1967.

II – Fontes históricas e etnográficas sobre os Xetá

BALDUS, Herbert. O XXXIV Congresso Internacional de Americanistas. Separata de: **Revista Sociologia**, [s.l.], Vol. XXII, n.4, p. 459-463, dez. 1960.

BAPTISTA, Patrick L., 2012. **Índios, índios e índios: a aldeia Kakané Porã**. Monografia. Universidade Federal do Paraná, PR.

BOUDIN, Max Henri. **Plano de pesquisa programado da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente** : contribuições para um estudo dos índios Xetá do Paraná. Presidente Prudente, 9 jun. 1964. (mimeog.).

BRAGA, Rubens. Contribuição ao estudo fitogeográfico do Estado do Paraná : Serra dos Dourados. **Boletim da Universidade do Paraná**, Curitiba, n.8, p. 1-16, jun. 1962.

COSTA, Samuel Guimarães. Os sobreviventes da Idade da Pedra. **Revista Panorama**, Curitiba, ano VII, n.110, p. 20-26, jul. 1961.

FERNANDES, José Loureiro. Os índios da Serra dos Dourados : os Xetá. Separata de: Reunião Brasileira de Antropologia (3., Recife, 1959), **Anais**, p. 27-46.

_____. "A dying people." **Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological Research**, [s.l.], n.2, 1959.

_____. Les Xetá et les palmiers de la forêt de Dourados : contribution à l'ethnobotanique du Paraná. **Actes du VI Congrès International des Sciences Anthropologiques, et Ethnologiques**, Paris, v.2, p. 38-43, 1960.

_____. Le Peuplement ou nordouest du Paraná et les indiens de la "Serra dos Dourados". **Boletim Paranaense de Geografia da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.2-3, p. 79-91, jun. 1961.

_____. Os Índios da Serra dos Dourados : os Chetá. **Almanaque Popular Teuto-Brasileiro**, Florianópolis, p. 193-202, 1961.

_____. Os índios da Serra dos Dourados. **Bulletin of the International Committee on Urgent Anthropological Research**, Vienna, n.5, p. 151-154, 1962.

GUÉRIOS, Rosário F. Mansur. **A Posição lingüística dos Xetá**. Trabalho lido na IV Reunião Brasileira de Antropologia, em Curitiba, em 16 de jul. 1959.

IGUAJURU, L. Nobre figura indígena do Paraná. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Vol. XXXVIII, p. 161-189, 1981.

KOZÁK, Vladmir. Stone age revised. **Natural History**, New york, Vol. LXXXI, n.8, p. 14-26, oct. 1972.

_____. Os índios Héta : peixe em lagoa seca. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, Vol. XXXVIII, p. 11-120, 1981.

LAMING-EMPERAIRE, Annete; MENEZES, Maria José; ANDREATA, Margarida Davina. O Trabalho da pedra entre os Xetá da Serra dos Dourados, Estado do Paraná. **Coleção Museu Paulista : série ensaios**, São Paulo, n.2, p. 19-82, 1978.

_____. Les Xeta, survivants de L'âge de la Pierre. **Revue du Musée de l'Homme**, Paris, tome IX, 1964.

LEITE, José Ferrari. Os últimos Xetá. **Relatório de viagem da equipe da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente**, Presidente Prudente, nov. 1964.

LOUKOTKA, C. Le Setá : un nouveau dialecte Tupi. **Jornal Société des Americanistes**, Paris, n.21, p. 373-398, 1929.

_____. Une Tribu indienne peu connue dans L'État bresilien Paraná. **Separatum: Acta Ethnographica**, Budapest, tomus IX, n.3-4, 1960.

LUSTOSA DE OLIVEIRA. Antônio. **Passos de uma longa caminhada**. Curitiba : Formigueiro, 1978.

MAACK, Reinhard. Unbekannte indianer in west-Paraná : das drama eines neuentdeckten indianerstammes in Brasilien. Franchsch Verlagshandlung, **Kosmos**, Vol. LVIII, n.9, p. 385-394, 1962.

MARANHÃO, Maria Fernanda C. **Etnoarqueologia Xetá**. Curitiba, 1989. Monografia (Especialização em Antropologia Social), Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas Artes e Letras, UFPR.

MILLER, Tom O. Stonework of the Xetá indians of Brazil. **Lithic Use-Wear Analysis**, New York : Academic Press, p. 401- 407, 1979.

MOTA, Lúcio Tadeu, 2013. **Os Xetá no vale do Rio Ivaí 1840-1920**. Maringá: Eduem.

_____, 2000. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

NETO, Loyola. Esta terra tem dono! : a reportagem de Guaira participa da "Expedição da Serra dos Dourados". **Revista da Guaira**, Curitiba, ano VII, n.64, p. 43-48, nov. 1955.

_____. Segunda expedição a Serra dos Dourados. **Revista da Guaira**. Ano VII, n.65, p. 08-16, dez. 1955.

PARANÁ. **Relatório parcial de pesquisa do projeto Memória Indígena do Paraná** : Pesquisa Xetá (dez. 1988 - mai. 1989). Curitiba, 1989.

O MASSACRE dos Xetá. **Revista Panorama**, Ano 28, n.259, p. 14-17, jul. 1978.

RODRIGUES, Aryon D. A Língua dos índios Xetá como dialeto Guarani. Separata de: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, n.1, p. 7-11, 1978.

SANTANCHÉ, Gioacchino. Gli indios della Sierra dos Dourados : gli Xetá. **Estratto dagli Atti del Seminario di Sociologia**, Roma, Vol. II, 1964.

SILVA, Carmen Lucia. **Fragmentos de uma cultura; os Xetá**. Comunicação apresentada na V Reunião de Antropologia do Merco Sul, no GT de Antropologia Visual, Tramandaí, 12-15 set. 1995.

_____. **Sobreviventes do extermínio** : um estudos das narrativas e lembranças "históricas" da extinção da sociedade Xetá. Projeto de Pesquisa de dissertação de mestrado apresentado à Fundação FORD/ANPOCS. Florianópolis, 1996.

_____. **Relatório parcial de pesquisa apresentado à Fundação FORD/ANPOCS** (ago - dez, /96). Florianópolis, 1997a.

_____. **Relatório Final de Pesquisa apresentado à Fundação FORD/ANPOCS** (jan-ago. /97). Florianópolis, 1997b.

_____. **SOBREVIVENTES DO EXTERMÍNIO**: Uma etnografia das narrativas e lembranças da sociedade Xetá. Dissertação de mestrado. PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC. Florianópolis, 1998.

_____. **Território e Memória: O caso Xetá**. Comunicação apresentada no fórum de pesquisa F18 Relatórios de Identificação e Laudos Antropológicos. XXII Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Brasília, 2000.

_____. **Os Xetá – Sobreviventes do extermínio, do vídeo à dissertação.** Palestra proferida em 27/11/2000 na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

_____. **Caminhos da Memória Xetá.** Palestra proferida na Universidade do Estado do Mato Grosso, Departamento de História em 03/08/2001. Núcleo de Assuntos Indígenas. UNEMAT, Cáceres/MT, 2001.

_____. **Relatório de pesquisa de doutorado.** PPGAS: UNB. Brasília, 2002.

_____. **EM BUSCA DA SOCIEDADE PERDIDA:** O trabalho da memória Xetá. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília/UNB. Brasília, 2003.

TOMMASINO, K.; Noelli, F. S. e Mota, L.T., 1998. **Etnocídio e ecocídio têm preço de mercado?** Carta manifesto dos professores/pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/05/carta-manifesto-kimiye.pdf>. <Acesso em 09/07/2013>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de pesquisa antropológica sistemática dos índios da Serra dos Dourados, Paraná, Brasil.** Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Curitiba, [1960?]. (mimeog.).

_____. **Xetá: Povo Tupi-Guarani.** Mesa redonda “Colóquios Patrimoniais – “A presença indígena na sociedade Brasileira”. Museu do Homem do Sambaqui. Joinville/SC, 2004.

_____. **Os Nomes Falam: Reminiscências da onomástica Xetá.** I Congresso Internacional de Línguas Indígenas Tupi. Universidade de Brasília – Laboratório de Línguas Indígenas. Brasília/DF. 2004.

III - Fontes oficiais – Portarias e Decretos

BRASIL. Decreto n. 50.665, de 30 de maio de 1961. Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, p. 4884, 30 mai. 1961.

BRASIL. Lei 6001 de 19 de Dezembro de 1973. Dispõe sobre o **Estatuto do Índio**. 1973

BRASIL. **Decreto Nº 58.824** de 14 de julho de 1969. Promulga a Convenção nº 107 sobre as populações Indígenas e tribais. 1969.

BRASIL. Decreto n. 86.071, de 4 de junho de 1981. Extingue o Parque Nacional de Sete Quedas, criado pelo decreto n. 50.665, de 30 de maio de 1961, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 4 jun. 1981.

BRASIL. Termo de Acordo entre o Governo da União e o Governo do Estado do Paraná visando regularização das terras destinadas aos índios no território daquele

Estado e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 7513, 18 mai. 1949.

BRASIL. Decreto n. 1775, de 08 de janeiro de 1996. Dispõe sobre os procedimentos de demarcação de terras indígenas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Ano CXXXIV – N.6 de 9/01/1996.

BRASIL. Portaria nº 14, de 09 de janeiro de 1996. Estabelece regras sobre a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terras indígenas. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 de janeiro de 1996.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 29ª EDIÇÃO**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. [Coleção Saraiva de Legislação]

LEGISLAÇÃO Indigenista. **Convenção Nº 169 da OIT de 07 de junho de 1989** – Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes – Atos internacionais.

IV - Fontes Oficiais Documentais sobre os Xetá

CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. **Memorando 00337, enviado pelo Presidente do CNPI ao diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura**. Rio de Janeiro, 9 jul. 1961. (mimeog.).

_____. **Memorando da Presidente do CNPI ao Governador do Estado do Paraná, Ney Braga**. Rio de Janeiro, 7 mar. 1961. (mimeog.).

_____. **Exposição de motivos ao diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, Sr. Manoel Carneiro de Albuquerque Filho**. Ministério da Agricultura, n.98, Brasília, 29 set. 1960. (mimeog.).

FERNANDES, José Loureiro. **Memorial sobre os Xetá da Serra dos Dourados no Estado do Paraná apresentado à Profª Heloisa Alberto Torres [CNPI]**. Curitiba, 25 jan. 1957. (mimeog.).

_____. **Ofício n.20 enviado à Presidente do CNPI, Heloisa Alberto Torres**. Curitiba, 25 jan. 1957. (mimeog.).

_____. **Carta enviada ao Deputado Estadual Antônio Lustosa de Oliveira**. Curitiba, 8 fev. 1957. (mimeog.).

_____. **Ofício n.42/57, enviado ao Governador do Estado do Paraná, Moysés Lupion**. Curitiba, 18 set. 1957. (mimeog.).

_____. **Ofício nº 28/58, enviado ao Governador do Estado do Paraná Moysés Lupion**. Curitiba, 18 set. 1957. (mimeog.).

_____. **Ofício 56/58 enviado à Presidente do CNPI Heloisa Alberto Torres**. Curitiba, 5 dez. 1958. (mimeog.).

_____. **Ofício n.24/59, encaminhado ao Sr Paulo Afonso Grisolli.** Curitiba, 20 fev. 1959. (mimeog.).

_____. **Ofício n.12/61, enviado à presidente do CNPI Sra. Heloisa Alberto Torres.** Curitiba, 04 mar. 1961. (mimeog.).

HEINE-GELDERA, Robert. **Carta do Presidente do XXXIV congresso Internacional Americanista ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.** Viena, 25 jul. 1960. (mimeog.).

UNIVERSIDADE DO PARANÁ. **Atividades das Secções de Antropologia e Arqueologia (1953-1955) do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.** Curitiba, [195-?]. (mimeog.).

_____. **Atividades das secções de Antropologia e Arqueologia (1953-1957) do Instituto de Pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras.** Curitiba, [195-?]. (mimeog.).

LEITE, José Ferrari. **Ofício 54/DG/64 encaminhado à Sra. Heloisa Alberto Torres.** Presidente Prudente, 13, out. 1964. (mimeog.).

MENDONÇA DE Lima, Rafael. **Relatório de Viagem à 7ª IR SPI.** Rio de Janeiro, 1957. (mimeog.).

MOREIRA NETO, Carlos Araújo. **Relato de viagem de expedição, encaminhado ao Prof. José Loureiro Fernandes.** Curitiba, 3 ago. 1959. (mimeog.).

_____. **Relatório de viagem informando situação atual dos Xetá ao Prof. José Loureiro Fernandes.** Rolândia, 2 dez. 1959. (mimeog.).

PARANÁ. Penitenciária Feminina. **Prontuário da Interna Maria Thiara Marques,** n.639, livro 3, Piraquara, 4 set. 1979. (mimeog.).

PODER JUDICIÁRIO. **Autos 25/79 Ação penal intentada contra Maria Thiara Marques.** Comarca de Loanda/Paraná, 20 ago. 1979. (mimeog.).

PODER JUDICIÁRIO. **Processo Crime n.44/85, movido pela Justiça Pública da Comarca de Joaquim Távora/Paraná, contra José Luciano da Silva [vulgo Tikuein].** Joaquim Távora, 1985. (mimeog.).

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO ÍNDIO. **Notícias sobre os índios da Serra dos Dourados.** Curitiba, 7ª IR, [195-]. (mimeog.).

_____. **Ata da reunião da Comissão do SPI com o representante do Estado do Paraná,** para localização de terras indígenas a serem demarcadas no Paraná, no dia 14 de março de 1950.

SOUZA, Dival José. **Carta encaminhada ao Prof. Ney [?].** 03 jun. 1967.

SOUZA NENÊ, Deocleciano. **Relatório de viagem a região da Serra dos Dourados, encaminhado pelo inspetor da 7ª IR SPI, ao chefe da inspetoria Lourival da Mota Cabral.** Curitiba, 7 ago. 1952. (mimeog.).

_____. **Relatório de viagem à Serra dos Dourados do inspetor da 7ª IR/SPI, ao chefe da 7ª IR Lourival da Mota Cabral.** Curitiba, 23 dez. 1957. (mimeog.).

SOUZA, Dival José de. **Relatório sobre duas expedições promovidas pela 7ª IR à região da Serra dos Dourados, município de Cruzeiro do Oeste no Estado do Paraná.** Curitiba, 5 Jan. 1956. (mimeog.).

V - Fontes Imprensa

Manchete descobre uma tribo da idade da Pedra. **REVISTA MANCHETE.** nº 231. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1956.

ACUADOS na selva os nômades Xetá : índios paranaenses na idade da pedra III, **O Globo,** Rio de Janeiro, 24 jan. 1959.

ATAÍDE, Eunice. XETÁ : a colonização do Paraná matou barbaramente uma comunidade de índios que viviam como homens da pedra às margens do rio Ivai. **Folha de Londrina,** 8 mai. 1982, p. 18.

CATEDRÁTICO paranaense sugere a criação de reserva para preservação dos índios Xetá. **Folha da Manhã,** São Paulo, 19 nov. 1958.

CHARQUETTI, P. No Rastro do desconhecido silvícola da Serra dos Dourados. **Estado do Paraná,** Curitiba, 8 nov. 1955, p. 6.

CHARQUETTI, P. No rastro do desconhecido silvícola da Serra dos Dourados II. **Estado do Paraná,** Curitiba, 10 nov. 1955, p. 06.

CIENTISTAS desvendam aos poucos a cultura dos índios Xetá. **Diário do Paraná,** Curitiba, 17 ago. 1960.

É PRECISO impedir que os Xetá desapareçam : índios na idade da pedra II. **O Globo,** Rio de Janeiro, 20 jan. 1959.

EXPEDIÇÃO à Serra dos Dourados : discurso pronunciado na Assembléia legislativa do estado por um integrante da mesma. **Gazeta do Povo,** Curitiba, 3ª secção, 22 nov. 1955.

ÍNDIOS desconhecidos localizados no Paraná. **Diário de Belo Horizonte,** 24 ago. 1956.

ÍNDIOS Xetá estão sendo dizimados por incursões de brancos. **Estado do Paraná,** Curitiba, 25 nov. 1962.

LAVRADORES, no Paraná invadem as reservas do SPI e dizimam índios. **O Jornal,** Rio de Janeiro, 19 jul. 1962.

LUSTOSA DE OLIVEIRA, Antônio. Aparecimento de tribo de índios desconhecidos no noroeste do Paraná. **Rotary Club de Curitiba,** 10 out. 1955.

NECESSÁRIA criação do Parque Florestal na Serra dos Dourados. **Estado do Paraná**, Curitiba, 3 set. 1958.

ORICOLLI, Sílvio. A Lei : o advogado e indigenista Vitório Constantino, de Londrina, critica a legislação : ela não protege minorias étnicas. **Folha de Londrina**, 12 set. 1985. p. 11.

ORICOLLI, Sílvio. Os Xetá : extermínio. **Folha de Londrina**, 11 set. 1985. Caderno 2, p. 11.

ORICOLLI, Sílvio. Xetá : uma lembrança. **Folha de Londrina**, 16 out. 1986. Caderno 2, p. 7.

ORICOLLI, Sílvio. XETÁ : uma saudade. **Folha de Londrina**, 17 out. 1986. Caderno 2, p. 13.

PROFESSOR Loureiro Fernandes condena avanço "legal" ao território dos índios. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 ago. 1960.

PRONUNCIAMENTO sobre os índios da Serra dos Dourados. **Estado do Paraná**, Curitiba, 20 nov. 1955, p. 8.

RECUO melancólico dos Xetá na serra dos Dourados : a insânia pioneira perturba a obra da natureza. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 3 dez, 1959.

TRIBO de índios primitivos descobertos na Serra dos Dourados. **Diário da Noite**, São Paulo, 20 ago. 1956.

VERBA para as Sete Quedas. **Estado do Paraná**, Curitiba, 19 dez. 1961.

VI - Outras fontes: filmes, vídeos e manuscritos

ENCONTRO Xetá. UEL. São Jerônimo da Serra : jul. 1994. videocassete (120 min) : son., color.; 12 mm. VHS NTSC.

KOZÁK, Vladimir. **Anotações de viagem à Serra dos Dourados, PIN Guarapuava, PIN Pinhalzinho, PIN Laranjinha, para registro de imagens junto aos Xetá**. Curitiba, 1955-1970. Museu Paranaense, Autos n.12094/79.

PIONEIROS de Douradina. Prefeitura Municipal de Douradina. 1989-1994. videocassete (160 min) : son. color.; 12 mm. VHS NTSC.

RODRIGUES, Aryon D. Anotações de pesquisa de campo feita junto aos Xetá da Serra dos Dourados em jul./ago. 1960; set. 1960 e jan./fev. 1961.

SILVA, Carmen. Diário de campo. 1996-1997.

The LAST of his tribe. Jonvoight Ame Archer. California : 1992. videocassete (90 min) : legen., color.; 12 mm. VHS NTSC.

Os XETÁ da Serra dos Dourados. José Loureiro Fernandes. Serra dos Dourados : Departamento de Antropologia da UFPR, [196-]. Videocassete (47 min) : son., color.; 12 mm. VHS NTSC.

VII - Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Tânia Mara; FACHIN, Luis Edson. O índio e o Outro: comentários sobre a ocupação de não índios em terras indígenas. **Demarcando Terras Indígenas – Experiências e desafios de um projeto de parceria**. Brasília: Funai; PPTAL; GTZ, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: UCITEC: Brasília: UNB, 1989.

FUNAI. **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. 2ª Edição. CGDOC; FUNAI, Brasília, 2003.

KRAMKOW,M; KASBURG, C. (orgs). **Demarcando Terras Indígenas – Experiências e desafios de um projeto de parceria**. Brasília: Funai; PPTAL; GTZ, 1999.

KRAMKOW,M; KASBURG, C. (orgs). **Demarcando Terras Indígenas II – Experiências e desafios de um projeto de parceria**

HELM, C; LUZ, L; SILVA, Orlando S. (orgs). **A perícia Antropológica em processos judiciais**. Florianópolis: UFSC, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. “Arranjos Poliândricos” Na Sociedade Suruí. **Revista do Museu Paulista**, vol. 14, São Paulo, 1963, p. 71-71.

LARAIA, Roque de Barros. Akuawa-asurini e Suruí – Análise de dois grupos Tupi. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº 12, p. 7-30, 1972.

LARAIA, Roque de Barros. **Tupi: Índios do Brasil Atual**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

LARAIA, Roque de Barros. Uma Etno-História Tupi. **Revista de Antropologia**, vol. 27/28, São Paulo, p. 25 – 32, 1984/1985.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Indigenismo e territorialização – Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. Vozes indígenas : o contato vivido e contado. **Série Antropologia**, Brasília : UNB : DEAN, n.66, 1988. (mimeo.).

WATSON, Virginia D. Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Cayuá. **Seção. Sociologia**, Vol. 01, São Paulo, 1944.

WATSON, James B. Cayuá Culture Change: a study in aculturation and methodology. **American Anthropologist**, vol. 54, 1952.

VII - Relatórios

DIAGNÓSTICO Socioambiental. Terra Indígena Herarekã Xetá. Município de Ivaté/PR. ITE nº. 89/DPT/2013. CGID/DPT/FUNAI. Setembro, 2013.

VII – Sítios eletrônicos:

http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal
<http://www.usacucar.com.br>

XIX – Processos Administrativos:

Processo FUNAI/BSB/3478/1999 – Identificação e Delimitação da TI Xetá/PR
Processo FUNAI/BSB/2643/2009 – Levantamento Fundiário TI Xetá/PR
Processo FUNAI/BSB/1678/2005-DV – Licenciamento Ambiental da UHE Mauá, bacia do Rio Tibagi/PR